

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	112
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	113
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	114
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.308.389
Preferenciais	0
Total	503.308.389
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.416.322	6.547.703
1.01	Ativo Circulante	202.000	429.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.471	280.525
1.01.03	Contas a Receber	156.096	132.127
1.01.03.01	Clientes	50.398	33.066
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	105.698	99.061
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	105.698	99.061
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.429	6.632
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.429	6.632
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.279	34
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	1.279	34
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.725	9.841
1.02	Ativo Não Circulante	6.214.322	6.118.544
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.015	8.743
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.785	8.530
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	8.785	8.530
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	230	213
1.02.02	Investimentos	6.182.002	6.087.689
1.02.02.01	Participações Societárias	6.182.002	6.087.689
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.182.002	6.087.689
1.02.03	Imobilizado	14.320	14.165
1.02.04	Intangível	8.985	7.947
1.02.04.01	Intangíveis	8.985	7.947

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.416.322	6.547.703
2.01	Passivo Circulante	700.202	745.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.537	5.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.537	5.946
2.01.02	Fornecedores	20.073	24.871
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.073	24.871
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.069	3.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	269.323	293.049
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.520	80.585
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.520	80.585
2.01.04.02	Debêntures	188.803	212.464
2.01.05	Outras Obrigações	379.527	410.568
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	309.377	344.205
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	309.377	344.205
2.01.05.02	Outros	70.150	66.363
2.01.05.02.04	Contas a pagar projetos	70.150	66.363
2.01.06	Provisões	21.673	8.071
2.01.06.02	Outras Provisões	21.673	8.071
2.01.06.02.04	Outras Provisões	21.673	8.071
2.02	Passivo Não Circulante	1.550.040	1.571.518
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.473.995	1.493.357
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	768.550	788.089
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	768.550	788.089
2.02.01.02	Debêntures	705.445	705.268
2.02.02	Outras Obrigações	575	575
2.02.02.02	Outros	575	575
2.02.02.02.03	Outros Passivos	575	575
2.02.03	Tributos Diferidos	13.518	13.518
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.518	13.518
2.02.04	Provisões	61.952	64.068
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.645	3.077
2.02.04.02	Outras Provisões	52.307	60.991
2.02.04.02.05	Provisão Para Perda de Investimentos	52.307	44.839
2.02.04.02.06	Contas a pagar de aquisições	0	16.152
2.03	Patrimônio Líquido	4.166.080	4.230.497
2.03.01	Capital Social Realizado	3.390.444	3.390.444
2.03.01.01	Capital social	3.390.444	3.390.444
2.03.02	Reservas de Capital	878.903	878.903
2.03.04	Reservas de Lucros	-103.267	-38.850
2.03.04.12	Prejuízos acumulados	-151.170	-87.643
2.03.04.13	Reserva de Lucro	1.305	1.292
2.03.04.14	Ajuste de Avaliação Patrimonial	46.598	47.501

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.881	20.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.714	-20.062
3.03	Resultado Bruto	-833	655
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.223	-29.462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.904	-15.344
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.916	-2.660
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.097	-1.965
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-817	-694
3.04.05.03	Outras	-2	-1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.597	-11.458
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.056	-28.807
3.06	Resultado Financeiro	-52.374	-25.500
3.06.01	Receitas Financeiras	2.497	6.404
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.871	-31.904
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-64.430	-54.307
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.430	-54.307
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-64.430	-54.307
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,13000	-0,12000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,14000	-0,14000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-64.430	-54.307
4.03	Resultado Abrangente do Período	-64.430	-54.307

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-70.030	-25.087
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.475	-10.999
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-64.430	-54.307
6.01.01.02	Depreciação e amortização	817	694
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	0	7
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-14.597	11.458
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.516	315
6.01.01.06	Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	13	61
6.01.01.07	Atualização monetária	6.211	43
6.01.01.08	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	43.995	30.730
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.014	711
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-17.332	-1.022
6.01.02.02	Outros valores a receber	-884	-322
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-797	-1.567
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-1.245	384
6.01.02.06	Fornecedores	-4.798	1.869
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-114	-35
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	591	809
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-37	-26
6.01.02.12	Outros passivos	13.602	621
6.01.03	Outros	-37.541	-14.799
6.01.03.01	Juros pagos	-37.541	-14.799
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80.910	-92.295
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-70.296
6.02.02	Aumento de capital em controladas	-78.885	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-432	-807
6.02.04	Aquisições de intangível	-1.578	-90
6.02.06	Partes relacionadas	0	-21.095
6.02.07	Depósitos judiciais	-15	-7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-103.114	-20.971
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-49.542	-20.027
6.03.03	Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	0	225
6.03.04	Dívidas com pessoas ligadas	-39.218	-1.169
6.03.05	Pagamento de financiamentos	-14.354	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-254.054	-138.353
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	280.525	250.402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.471	112.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-890	903	0	13
5.04.08	Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-903	903	0	0
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	0	13	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.430	0	-64.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64.430	0	-64.430
5.07	Saldos Finais	3.390.444	878.903	47.903	-151.170	0	4.166.080

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361
5.04	Transações de Capital com os Sócios	551	-326	-842	903	0	286
5.04.01	Aumentos de Capital	551	0	0	0	0	551
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-326	0	0	0	-326
5.04.08	Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-903	903	0	0
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	0	61	0	0	61
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-54.307	0	-54.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-54.307	0	-54.307
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-54.307	0	-54.307
5.07	Saldos Finais	2.908.038	604.263	51.443	-53.404	0	3.510.340

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	54.296	23.636
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.864	22.829
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	432	807
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-62.131	-24.799
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.714	-20.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.305	-4.057
7.02.04	Outros	-7.112	-680
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.835	-1.163
7.04	Retenções	-817	-694
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-817	-694
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.652	-1.857
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.094	-5.054
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.597	-11.458
7.06.02	Receitas Financeiras	2.497	6.404
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.442	-6.911
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.442	-6.911
7.08.01	Pessoal	9.553	10.007
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.071	5.863
7.08.01.02	Benefícios	2.424	3.324
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.058	820
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.594	4.543
7.08.02.01	Federais	7.594	4.543
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.725	32.846
7.08.03.01	Juros	43.995	30.729
7.08.03.02	Aluguéis	854	942
7.08.03.03	Outras	10.876	1.175
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-64.430	-54.307
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-64.430	-54.307

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	11.553.274	11.635.876
1.01	Ativo Circulante	1.040.612	1.166.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	714.360	828.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.527	5.324
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.089	4.888
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	0	4.888
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	438	436
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	438	436
1.01.03	Contas a Receber	219.470	233.335
1.01.03.01	Clientes	219.470	233.335
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.132	70.875
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.132	70.875
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.048	7.105
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	7.048	7.105
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.075	21.174
1.01.08.03	Outros	21.075	21.174
1.02	Ativo Não Circulante	10.512.662	10.469.652
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	383.973	359.342
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	278.434	248.127
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	278.434	248.127
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.610	5.404
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.610	5.404
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.552	6.281
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.552	6.281
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	94.377	99.530
1.02.01.09.03	Outros créditos	77.643	76.108
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	4.776	8.006
1.02.01.09.05	Impostos a recuperar	11.958	15.416
1.02.03	Imobilizado	6.550.305	6.483.826
1.02.04	Intangível	3.578.384	3.626.484
1.02.04.01	Intangíveis	3.578.384	3.626.484

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	11.553.274	11.635.876
2.01	Passivo Circulante	1.148.353	1.019.959
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.537	5.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.537	5.946
2.01.02	Fornecedores	105.588	106.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	105.588	106.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.502	51.951
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	777.712	677.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	465.931	354.290
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	465.931	354.290
2.01.04.02	Debêntures	311.781	323.332
2.01.05	Outras Obrigações	211.671	171.442
2.01.05.02	Outros	211.671	171.442
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.000	4.000
2.01.05.02.04	Contas a pagar projetos	74.781	70.994
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	24.808	22.151
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	108.082	74.297
2.01.06	Provisões	7.343	6.816
2.01.06.02	Outras Provisões	7.343	6.816
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.343	6.816
2.02	Passivo Não Circulante	6.127.055	6.273.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.854.027	4.971.912
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.430.716	3.555.686
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.430.716	3.555.686
2.02.01.02	Debêntures	1.423.311	1.416.226
2.02.02	Outras Obrigações	25.811	50.888
2.02.02.02	Outros	25.811	50.888
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes	23.638	23.843
2.02.02.02.04	Fornecedores	633	633
2.02.02.02.05	Outros Passivos	1.540	10.260
2.02.02.02.06	Contas a pagar de aquisições	0	16.152
2.02.03	Tributos Diferidos	1.156.430	1.167.073
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.167.073
2.02.04	Provisões	90.787	83.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.216	33.608
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas	40.216	33.608
2.02.04.02	Outras Provisões	50.571	49.938
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.571	49.938
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.277.866	4.342.498
2.03.01	Capital Social Realizado	3.390.444	3.390.444
2.03.01.01	Capital Social	3.390.444	3.390.444
2.03.02	Reservas de Capital	878.903	878.903
2.03.04	Reservas de Lucros	47.903	48.793
2.03.04.11	Reserva de Lucro	1.305	1.292
2.03.04.12	Ajuste de Avaliação Patrimonial	46.598	47.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-151.170	-87.643

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	111.786	112.001

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	364.415	288.908
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-241.140	-214.570
3.03	Resultado Bruto	123.275	74.338
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.988	-55.635
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.351	-20.431
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-46.637	-35.204
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-2.097	-1.965
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-1.159	-694
3.04.05.03	Amortização do direito de exploração	-43.379	-32.545
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-2	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.287	18.703
3.06	Resultado Financeiro	-106.681	-68.206
3.06.01	Receitas Financeiras	29.609	19.491
3.06.02	Despesas Financeiras	-136.290	-87.697
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.394	-49.503
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.251	-4.822
3.08.01	Corrente	-17.100	-11.320
3.08.02	Diferido	9.849	6.498
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.645	-54.325
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-64.645	-54.325
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.430	-54.307
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-215	-18
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,13000	-0,12000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,14000	-0,14000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-64.645	-54.325
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-64.645	-54.325
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.430	-54.307
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-215	-18

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	137.944	107.808
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	204.620	135.533
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-57.394	-49.503
6.01.01.02	Depreciação e amortização	128.275	100.570
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	0	7
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-34	0
6.01.01.07	Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.509	484
6.01.01.08	Provisão para risco socioambiental e desmobilização de ativos	1.259	920
6.01.01.09	Provisão para programa de pagamento baseado em ações	13	61
6.01.01.12	Impostos diferidos	1.783	-878
6.01.01.14	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	124.209	83.872
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.754	29.424
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	13.899	30.782
6.01.02.02	Outros valores a receber	-1.436	-1.487
6.01.02.03	Impostos a recuperar	8.201	4.711
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	57	1.801
6.01.02.05	Fornecedores	-594	-6.159
6.01.02.06	Adiantamento de clientes	33.580	10.800
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-14.345	-11.289
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	591	815
6.01.02.09	Pagamento dos custos socioambientais	-99	-103
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-37	-49
6.01.02.12	Outros passivos	-6.063	-398
6.01.03	Outros	-100.430	-57.149
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-15.204	-11.812
6.01.03.02	Juros pagos	-85.226	-45.337
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-180.863	-86.100
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-67.830
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	-2	11
6.02.05	Aplicações financeiras	-7.201	10.356
6.02.06	Aplicações financeiras vinculadas	-30.307	5.927
6.02.07	Aquisição de imobilizado	-145.120	-31.284
6.02.08	Depósitos judiciais	3.301	-92
6.02.09	Aquisições de intangível	-1.534	-67
6.02.11	Partes relacionadas	0	-3.121
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71.132	-50.760
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	50.013	138.000
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-106.791	-188.985
6.03.03	Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	0	225
6.03.04	Pagamento de contas a pagar de aquisições	-14.354	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-114.051	-29.052

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	828.411	731.055
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	714.360	702.003

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497	112.001	4.342.498
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.390.444	878.903	48.793	-87.643	0	4.230.497	112.001	4.342.498
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-890	903	0	13	0	13
5.04.08	Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-903	903	0	0	0	0
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	0	13	0	0	13	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.430	0	-64.430	-215	-64.645
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64.430	0	-64.430	-215	-64.645
5.07	Saldos Finais	3.390.444	878.903	47.903	-151.170	0	4.166.080	111.786	4.277.866

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361	13.879	3.578.240
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.907.487	604.589	52.285	0	0	3.564.361	13.879	3.578.240
5.04	Transações de Capital com os Sócios	551	-326	-842	903	0	286	-1.315	-1.029
5.04.01	Aumentos de Capital	551	0	0	0	0	551	0	551
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-326	0	0	0	-326	0	-326
5.04.08	Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-903	903	0	0	0	0
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	0	61	0	0	61	0	61
5.04.10	Resgate de reserva de não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.315	-1.315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-54.307	0	-54.307	-18	-54.325
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-54.307	0	-54.307	-18	-54.325
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-54.307	0	-54.307	-18	-54.325
5.07	Saldos Finais	2.908.038	604.263	51.443	-53.404	0	3.510.340	12.546	3.522.886

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	535.146	364.467
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	385.322	308.226
7.01.02	Outras Receitas	4.670	243
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	145.120	55.998
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	34	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-311.075	-195.247
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-124.781	-127.581
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-177.651	-64.662
7.02.04	Outros	-8.643	-3.004
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.071	169.220
7.04	Retenções	-128.275	-100.570
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-128.275	-100.570
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.796	68.650
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.609	20.725
7.06.02	Receitas Financeiras	29.609	20.725
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.405	89.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.405	89.375
7.08.01	Pessoal	14.569	13.348
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.066	9.116
7.08.01.02	Benefícios	2.441	3.348
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.062	884
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.483	26.843
7.08.02.01	Federais	31.416	26.256
7.08.02.02	Estaduais	1.067	0
7.08.02.03	Municipais	0	587
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	142.998	103.509
7.08.03.01	Juros	122.983	94.541
7.08.03.02	Aluguéis	6.702	5.144
7.08.03.03	Outras	13.313	3.824
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-64.645	-54.325
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-64.645	-54.325

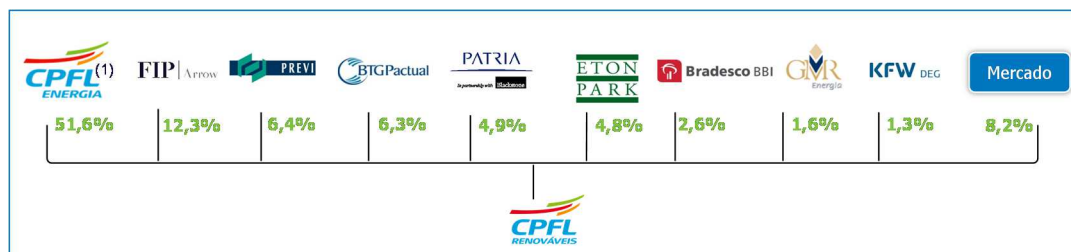
Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A ("CPFL Renováveis ou Companhia") foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Renováveis é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia no 1º. trimestre de 2015:



(1) Via CPFL Geração

Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofre relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres.
- A safra da cana de açúcar na região sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior.

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da Garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. Vale mencionar ainda que as diferenças entre a energia gerada e a Garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor").

Portfólio em Operação

O Parque gerador da CPFL Renováveis possui 1.772,7 MW de capacidade em operação nas quatro fontes de energia renovável em que a Companhia atua. Em relação ao 1T14, o crescimento foi de 25,1%.

A capacidade em operação da Companhia, que é a empresa líder no setor de energia renovável, está segmentada da seguinte forma:

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	399,0	1.002,6	370,0	1,1	1.772,7

Demonstrativo de Resultados

R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Receita Líquida	364.415	288.908	26,1%
Custo de geração de energia elétrica	(157.403)	(147.239)	6,9%
Depreciação e amortização	(83.737)	(67.331)	24,4%
Lucro Bruto	123.275	74.338	65,8%
Despesas gerais e administrativas	(27.351)	(20.431)	33,9%
Amortização do direito de exploração	(43.379)	(32.545)	33,3%
Depreciação e amortização	(1.159)	(694)	67,0%
Outros	(2.099)	(1.965)	6,8%
Lucro operacional	49.287	18.703	163,5%
Resultado Financeiro	(106.681)	(68.206)	56,4%
IR e CS	(7.251)	(4.822)	50,4%
Resultado líquido	(64.645)	(54.325)	19,0%
Outros demonstrativos			
EBITDA⁽¹⁾	177.562	119.273	48,9%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	48,7%	41,3%	7.4 p.p
EBITDA Ajustado⁽²⁾	231.942	191.373	21,2%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	63,6%	66,2%	-2.6 p.p

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

(2) Exclui os seguintes itens extraordinários: GSF, PCHs fora do MRE e compra de energia para suprir lastro de contrato de usinas em construção cujo cronograma sofreu alteração.

Receita Operacional Líquida

As receitas de venda de energia são provenientes de contratos de longo prazo de Proinfa, CCEAR, CER e Mercado Livre, com índices de reajuste indexados ao IPCA ou IGP-M.

A receita operacional líquida foi de R\$ 364,4 milhões no 1T15, montante 26,1% superior ao 1T14 (R\$ 288,9 milhões). Tais variações são explicadas, basicamente, pelos seguintes fatores:

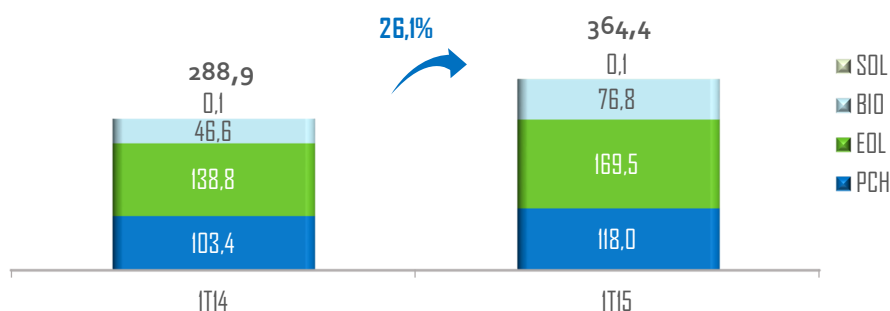
- (i) Incorporação dos ativos de DESA em outubro de 2014;
- (ii) Maior receita em Bio Alvorada devido à sazonalização do contrato de venda de energia com contrapartida na compra de energia;

- (iii) Início da vigência do contrato de venda do complexo eólico Macacos I em mai/14. Desde dez/14 a energia gerada por este ativo passou a estar disponível ao sistema em sua totalidade;
- (iv) Efeito positivo na SIIF (eólica) e em Bio Formosa devido à maior geração entre os trimestres comparados;
- (v) Maior receita de Bio Ester devido à sazonalização dos contratos de venda de energia, com contrapartida na compra de energia.

Tais fatores foram parcialmente compensados pelo:

- (vi) Reconhecimento, do GSF relativo as usinas pertencentes ao Proinfa no valor de R\$ 11,5 milhões no 1T15 versus R\$ 0,6 milhão no 1T14 (item extraordinário); e
- (vii) Pela menor receita do complexo eólico Santa Clara devido ao reconhecimento da geração efetiva no 1T15, enquanto no 1T14 a receita do complexo obedecia o critério de rateio fixo da receita anual, já que a conexão com o sistema estava pendente (término da construção da ICG).

Evolução da receita líquida (R\$ MM)



Custos de geração de energia

R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Custo de compra de energia	(102.010)	(115.151)	-11,4%
Encargos de uso de sistema	(19.802)	(11.847)	67,1%
Depreciação e amortização	(83.737)	(67.331)	24,4%
PMSO ⁽¹⁾	(35.591)	(20.241)	75,8%
Total dos Custos	(241.140)	(214.570)	12,4%

(1) Pessoal, material, serviços de terceiros das operações e outros

O custo de geração de energia da Companhia aumentou 12,4% no 1T15. Tal elevação reflete o maior portfólio e maiores custos com o GSF. Sendo esses itens, parcialmente, compensados pela redução nos custos com compra de energia para atender as PCHs fora do MRE.

O custo de compra de energia totalizou R\$ 102,0 milhões no 1T15, montante 11,4% inferior ao registrado no 1T14 (R\$ 115,2 milhões). Esta variação deve-se, basicamente, aos seguintes gastos extraordinários:

- (i) Menor compra de energia para atender ao lastro de contratos de venda de energia de PCHs. No 1T14, 3 PCHs não estavam no MRE (PCHs Três Saltos, Americana e Socorro) e a compra totalizou R\$ 39,2 milhões. Já no 1T15, houve a compra de energia no valor de R\$ 1,7 milhão para atender ao lastro de contrato de venda de energia das PCHs fora do MRE em 2015 (PCHs Dourados, Guaporé, Três Saltos e Socorro);
- (ii) Compra de energia, no 1T14, para suprir lastro de contratos de venda de energia do complexo eólico Atlântica devido à revisão do cronograma de obras no valor de R\$ 26,4 milhões, item que não se repetiu no 1T15.

Tais efeitos foram parcialmente compensado pela:

- (iii) Aplicação do GSF - conceito explicado na sessão "Produção de Energia" - no valor de R\$ 41,2 milhões no 1T15, contra R\$ 5,9 milhões no 1T14.

Além disto, no 1T15 ocorreu também um maior volume de energia comprada para atender a sazonalização dos contratos de venda de energia da usina de Bio Alvorada (R\$ 27,5 milhões). Para essa compra de energia foi registrada uma receita equivalente.

No 1T15, o custo com encargos de uso de sistema totalizou R\$ 19,8 milhões, 67,1% superior ao 1T14 (R\$ 11,8 milhões). Tal acréscimo é explicado pelos seguintes itens:

- (i) Início dos compromissos contratuais de uso e conexão junto as distribuidoras, transmissoras e ONS devido à entrada em operação ou aquisição de ativos nos últimos 12 meses; e
- (ii) Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 83,7 milhões no 1T15, 24,4% superior ao registrado no 1T14 (R\$ 67,3 milhões). Tal resultado é explicado pela incorporação dos ativos de DESA e pela entrada em operação de ativos ao longo dos últimos 12 meses.

O custo com PMSO totalizou R\$ 35,6 milhões no 1T15, aumento de 75,8% em relação ao 1T14 (R\$ 20,2 milhões). Essa elevação deve-se, basicamente, ao crescimento do portfólio e a maior geração de energia no período (96,6%).

Despesas Gerais e Administrativas

R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Despesas com pessoal	(12.272)	(12.438)	-1,3%
Serviços de terceiros	(10.414)	(8.746)	19,1%
Depreciação	(1.159)	(694)	67,0%
Amortização do direito de exploração	(43.379)	(32.545)	33,3%
Outros	(6.764)	(1.212)	458,1%
Total das despesas G&A	(73.988)	(55.635)	33,0%

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 74,0 milhões no 1T15, um incremento de 33,0% em relação ao 1T14 (R\$ 55,6 milhões).

As principais variações estão relacionadas aos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo na linha de serviço de terceiros que reflete, principalmente, os maiores custos de consultoria e projetos ambientais de DESA no valor de R\$ 1,1 milhão ocorridos no 1T15;
- (ii) Aumento de R\$ 5,5 milhões em "Outros" explicado, principalmente, pela provisão de contingência no valor de R\$ 6,5 milhões referente a processo de arbitragem de projeto eólico descontinuado no Rio Grande do Norte; e
- (iii) Aumento nas despesas com amortização do direito de exploração, no valor de R\$ 10,8 milhões relacionados, principalmente, à adição de Rosa dos Ventos, complexo eólico Macacos, complexo eólico Atlântica e os ativos de DESA ao portfólio em operação da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Receitas Financeiras	29.609	19.491	51,9%
Receita de aplicação financeira	27.300	17.264	58,1%
Outras receitas	2.309	2.227	3,7%
Despesas Financeiras	(136.290)	(87.697)	55,4%
Juros de empréstimos e debentures	(122.978)	(94.540)	30,1%
Juros capitalizados no imobilizado	-	10.668	N.A.
Outras despesas financeiras	(13.312)	(3.825)	248,0%
Resultado Financeiro	(106.681)	(68.206)	56,4%

O resultado financeiro da CPFL Renováveis foi uma despesa líquida de R\$ 106,7 milhões no 1T15, R\$ 38,5 milhões superior ao 1T14 (R\$ 68,2 milhões).

Receitas financeiras

Em 31 de março de 2015, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.005,3 milhões ante R\$ 848,7 milhões em 31 de março de 2014.

No 1T15, as receitas financeiras totalizaram R\$ 29,6 milhões, montante R\$ 10,1 milhões superior ao 1T14 (R\$ 19,5 milhões). Esse acréscimo é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) Maior saldo médio de caixa (R\$ 884,2 milhões no 1T15 versus R\$ 843,4 milhões no 1T14); e
- (ii) Acréscimo do CDI médio (12,12% a.a. no 1T15 versus 10,30% a.a. no 1T14).

Despesas financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 136,3 milhões no 1T15, montante 55,4% superior ao 1T14 (R\$ 87,7 milhões). Tal desempenho é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) Assunção de dívidas provenientes da aquisição de DESA;
- (ii) Aumento do CDI médio entre os períodos: 12,12% a.a. no 1T15 versus 10,30% a.a. no 1T14;
- (iii) Aumento da TJLP entre os períodos: 5,5% a.a. no 1T15 versus 5,0% a.a. no 1T14; e

- (iv) Despesas financeiras dos parques que estão em operação no 1T15, enquanto no 1T14 estavam sendo capitalizadas por estarem em construção.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs: Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real em função de ultrapassarem o limite de faturamento exigido por lei para enquadramento no lucro presumido, que é de R\$ 78 milhões desde janeiro de 2014.

Prejuízo do período

A CPFL Renováveis registrou um prejuízo de R\$ 64,6 milhões no 1T15 ante a um prejuízo de R\$ 54,3 milhões no 1T14. Além do crescimento do portfólio e da maior geração de ebitda no 1T15 versus 1T14, o resultado líquido do período foi negativamente impactado pela maior despesa financeira líquida resultante do maior custo médio de dívida entre os períodos (9,4% versus 8,3% - maior CDI e TJLP), lançamento à resultado das despesas financeiras líquidas de projetos antes capitalizadas, além de novas dívidas oriundas das incorporações dos últimos 12 meses.

EBITDA

R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Resultado líquido	(64.645)	(54.325)	19,0%
(+) Depreciação e amortização	128.275	100.570	27,5%
(+) Resultado Financeiro	106.681	68.206	56,4%
(+) IR e CS	7.251	4.822	50,4%
EBITDA ⁽¹⁾	177.562	119.273	48,9%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	48,7%	41,3%	7.4 p.p
(+/-) Gastos extraordinários	54.380	72.100	-24,6%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	231.942	191.373	21,2%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	63,6%	66,2%	-2.6 p.p

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

(2) Exclui os seguintes itens extraordinários: GSF, PCHs fora do MRE e compra de energia para suprir lastro de contrato de usinas em construção cujo cronograma sofreu alteração.

No 1T15, a CPFL Renováveis registrou EBITDA de R\$ 177,6 milhões, com margem de 48,7%, representando um acréscimo de 48,9% em relação ao 1T14 (R\$ 119,3 milhões), com margem de 41,3%. Tal performance deve-se a maior receita líquida resultante, principalmente, da incorporação de DESA e entrada em operação do complexo

eólico Macacos I, parcialmente compensados pelos maiores custos oriundos dos ativos adicionados ao portfólio e à provisão de contingência mencionada acima.

Desconsiderando os itens extraordinários, a Companhia apresentaria um EBITDA ajustado de R\$ 231,9 milhões no 1T15, com margem de 63,6% ante um EBITDA ajustado de R\$ 191,4 milhões no 1T14, com margem de 66,2%. Os ajustes realizados são os seguintes:

- (i) Gastos com GSF (R\$ 52,7 milhões) no 1T15; e
- (ii) Compra energia para suprir os contratos das PCHs que estão fora do MRE (R\$ 1,7 milhão) no 1T15.

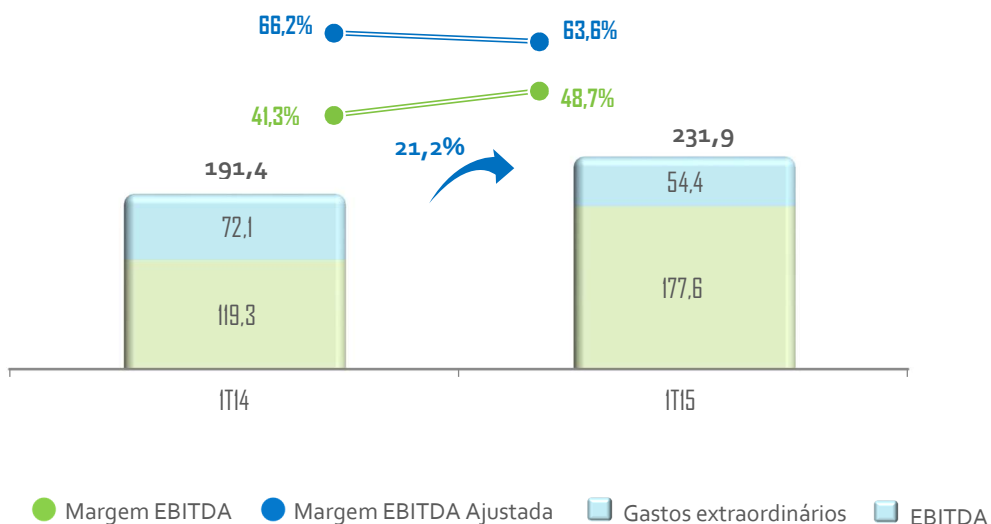
No 1T14, os ajustes efetuados no EBITDA se referem: a compra de energia para suprir lastro do complexo eólico Atlântica no 1T14 devido à revisão do cronograma de obras (R\$ 26,4 milhões), efeito esse que não se repetiu no 1T15, a compra energia para suprir os contratos das PCHs que estão fora do MRE no montante de R\$ 39,2 milhões e aos gastos com GSF de R\$ 6,5 milhões.

Os ajustes no Ebitda da Companhia consideram: (i) itens extraordinários ligados à condição hidrológica (GSF e PCH fora do MRE); (ii) a compra de energia relacionada às alterações nos cronogramas de obras; e (iii) eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia. Os ajustes relacionados aos itens extraordinários que afetaram o EBITDA da Companhia estão descritos na tabela abaixo:

Reconciliação do Ebitda x Ebitda Ajustado - R\$ mil	1T15	1T14	1T15 vs 1T14
Ebitda ⁽¹⁾	177.562	119.273	48,9%
Itens ajustados	54.380	72.100	-24,6%
GSF (receita líquida)	11.518	600	N.A.
GSF (custo com compra de energia)	41.212	5.900	N.A.
PCHs fora do MRE	1.650	39.200	N.A.
Compra de lastro - complexo eólico Atlântica	-	26.400	N.A.
Ebitda ajustado	231.942	191.373	21,2%

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

Evolução do EBITDA e do EBITDA ajustado (R\$ MM)



Investimento

A CPFL Renováveis investiu R\$ 146,7 milhões no 1T15 ante R\$ 31,4 milhões no 1T14. Os investimentos foram direcionados basicamente aos projetos detalhados abaixo:

Projeto concluído:

Parque eólico Morro dos Ventos II - localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação comercial em abril de 2015. A potência é de 29,2 MW e a garantia física de 15,3 MW médios. A energia foi vendida por meio do leilão A-5 realizado em dezembro de 2011. Porém, com a antecipação da entrada em operação comercial em abril de 2015, a energia gerada por este parque está vendida no mercado de curto prazo até o início do contrato de venda de energia.

Projetos em andamento:

- (i) **Complexo eólico Campo dos Ventos** (Campo dos Ventos I, III e V) e **Complexo eólico São Benedito** (Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos e Ventos de São Martinho) - localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação gradual a partir do 2T16. A potência total desses complexos é 231,0 MW e a garantia física de 129,1 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no mercado livre;
- (ii) **PCH Mata Velha** – localizado no Estado de Minas Gerais, com entrada prevista para 1S16. A potência é de 24,0 MW e a garantia física de 13,1 MW médios. A energia foi vendida por meio do leilão A-5 realizado em agosto de 2013. Com a antecipação da obra, foi realizado um contrato bilateral (Mercado Livre) entre abril/2016 e 2018, quando iniciará a vigência do LEN 2013; e
- (iii) **Complexo eólico Pedra Cheirosa** (Pedra Cheirosa I e Pedra Cheirosa II) - localizados no Estado do Ceará, com entrada em operação prevista para o 1S18. A potência é de 51,3 MW e a garantia física de 26,1 MW médios. A energia foi vendida por meio do leilão A-5 realizado em dezembro de 2013.

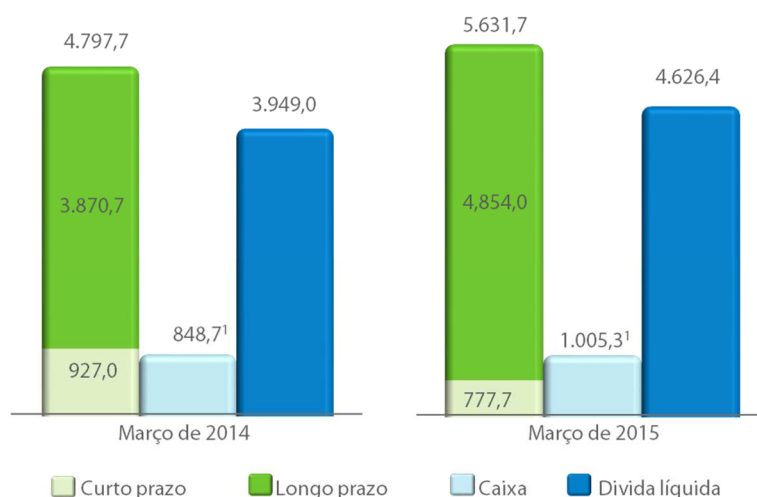
Endividamento

A Companhia encerrou o 1T15 com endividamento total de R\$ 5.631,7 milhões, montante 17,4% superior ao 1T14 (R\$ 4.797,7 milhões). Sem considerar os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo), as dívidas da Companhia apresentaram prazo médio de 5,9 anos e custo médio nominal de 9,4% a.a. (74,2% do CDI de 31 de março de 2015).

O maior endividamento deve-se à consolidação das dívidas da DESA, no valor de R\$ 973,4 milhões e às captações realizadas nos últimos 12 meses, em sua grande parte para reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos necessários para a construção do complexo eólico Macacos I, complexo eólico Atlântica, usina Bio Alvorada, usina Bio Coopcana, PCH Mata Velha e Salto Góes.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 4.626,4 milhões no 1T15, montante 17,2% superior ao 1T14, refletindo a posição de caixa e o efeito da incorporação das dívidas da DESA.

Endividamento (R\$MM)



(1) O saldo de caixa considera caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e conta reserva (aplicações vinculadas).

Notas Explicativas

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em 31 de março de 2015, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$498.202 e R\$107.741, respectivamente, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014, para capital de giro. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber; antecipação de dividendos de 2015 pelas controladas e novas captações, que estão em fase de negociação.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.4 a nº 1.7.

1.1. Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) - 1º de outubro de 2014

Conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, em 17 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), controlada da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis. Em 24 de abril de 2014 esta associação foi autorizada pela ANEEL e, em 6 de maio de 2014 foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL Renováveis e DESA) no setor de energias renováveis e, desta forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passa a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Esta associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, conforme detalhado a seguir:

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de setembro de 2014, com eficácia das aprovações para 1º de outubro de 2014, os acionistas tanto da CPFL Renováveis bem como o Arrow - Fundo de Investimentos e Participações (“FIP Arrow”), único acionista da WF2 Holding S.A. (“WF2”), que por sua vez era detentora da totalidade das ações de emissão da DESA, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Consequentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow, efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA, e consequentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da CPFL Renováveis e da WF2, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações próprias. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita (income approach). Em decorrência desta emissão de ações o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento de R\$833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis, e que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição.

O aumento no patrimônio líquido da CPFL Renováveis, em 1º de outubro de 2014, ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829, correspondente ao valor que excedeu o valor patrimonial por ação e saldo remanescente do acervo líquido incorporado e (iii) registro do valor justo da participação dos não controladores no montante de R\$106.320.

Na associação descrita acima, a WF2 (controladora da DESA) foi a empresa adquirida e em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou os saldos contábeis da WF2, conforme segue:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	WF2 <u>Controladora</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	43
Impostos a recuperar	1.041
Ativos não circulantes:	
Investimento	719.665
Passivos circulantes:	
Debêntures	94.688
Contas a pagar de aquisições	83.484
Partes relacionadas	549
Passivos não circulantes:	
Debêntures	75.426
Impostos diferidos	13.518
Ativos líquidos adquiridos	<u>453.084</u>

Informações adicionais à associação (Aquisição da WF2)

a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição - preliminar

O valor da transação não-caixa (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Consequentemente, o valor da transação foi provisoriamente alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A alocação inicial do valor da transação está baseada em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado. Esta alocação, e consequentemente a contabilização inicial foi provisoriamente efetuada em 1º de outubro de 2014, para todos os itens apresentados a seguir, baseados na melhor estimativa da Administração:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

	WF2 <u>consolidado</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Contas a receber de clientes	23.576
Impostos a recuperar	3.753
Outros créditos	4.945
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	84.830
Depósito judicial	5.368
Imposto a recuperar	513
Outros créditos	7.553
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.460
Passivos circulantes:	
Fornecedores	19.124
Empréstimos e financiamentos	52.691
Debêntures	50.305
Contas a pagar de aquisições	60.287
Obrigações trabalhistas	3.741
Obrigações tributárias	5.541
Outros passivos	17.405
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	647.576
Debêntures	224.411
Contas a pagar de aquisições	27.828
Impostos diferidos	13.518
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	266.716
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	14.257
Provisão para desmobilização de ativos	4.635
Outros passivos	9.686
Ativos líquidos adquiridos	939.983
Participação dos não controladores	<u>(106.320)</u>
Contrapartida transferida	<u>833.663</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

A participação dos não controladores apresentada no quadro anterior, refere-se a 40% da participação da Ludesa Energética S.A. (PCH) a valor justo. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

A expectativa da Administração é de que o laudo de alocação do preço pago da WF2 esteja finalizado até junho de 2015.

- b) Saldo de caixa líquido incorporado na associação com a DESA (controlada direta após a incorporação da WF2)

Como a aquisição foi efetuada a partir de troca de ações, não houve pagamento de caixa, apenas foi incorporado o caixa e equivalentes de caixa consolidado da WF2 no montante de R\$139.293.

1.2. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV - 2014

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$103.358, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$32.428.

Informações adicionais sobre aquisição da controlada Rosa dos Ventos

- a) Considerações transferidas

	<u>Rosa dos Ventos</u> <u>28.02.2014</u>
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	<u>634</u>
Caixa líquido de aquisição	<u><u>70.930</u></u>

- b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado à ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

As alocações do valor pago foram suportadas por laudos de avaliação econômico-financeira.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que os valores alocados como direito de exploração dessa aquisição sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

	Rosa dos Ventos <u>28.02.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Contas a receber de clientes	6.122
Impostos a recuperar	10
Outros créditos	99
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Depósito judicial	307
Imposto diferido	570
Imobilizado	50.102
Intangível - direito de exploração	67.741
Passivos circulantes:	
Fornecedores	3
Empréstimos e financiamentos	1.960
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	744
Obrigações tributárias e trabalhistas	212
Outros passivos	878
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização de ativos	947
Ativos líquidos adquiridos	<u>70.930</u>
Contrapartida transferida	<u>70.930</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

c) Saída de caixa líquido na aquisição da Rosa dos Ventos

	<u>Rosa dos Ventos</u> <u>28.02.2014</u>
Contrapartida pagas em caixa	70.930
Menos: Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.466)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u><u>68.464</u></u>

1.3. Divulgações complementares

- Os laudos de avaliação de ativos tangíveis e ativos intangíveis de WF2/DESA estão em processo de elaboração.
- Os grupos de contas que estão sujeitos a alterações são: imobilizado, intangível - direito de exploração, impostos diferidos, provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e participação de não controladores.

1.4. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Bonanza	3	Res.425	30/01/2006	30 anos	9,9
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
Cherobim	3	Res.573	17/12/2001	30 anos	25,5
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmertil	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueiropolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Laranjinha	3	Res.440	06/02/2006	30 anos	3,2
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	2	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res. 652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	1,0
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>571,0</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

- (1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.5. Projetos de geração eólica

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de
					energia
					instalada (MW)**
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Conoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	24,3
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	21,1
Iraúna XIII	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XIV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XVI	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XVII	3	Em andamento *	-	-	22,7
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	28,8
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	27,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,3
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	30,0
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	12,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	2	REA 4592	18/03/2014	-	30,0
Santa Úrsula	2	REA 4591	18/03/2014	30 anos	30,0
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taiba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Ventos de Santo Dimas	2	REA 4562	25/02/2014	30 anos	30,0
Ventos de São Benedito	2	REA 4563	25/02/2014	30 anos	28,0
Ventos de São Martinho	2	REA 4572	11/03/2014	30 anos	28,0
Total					<u>2.078,4</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

- (1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.6. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de
					energia
					<u>instalada (MW)*</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.7. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	Capacidade de
					energia
					<u>instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,1
Total					<u>1,1</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.8. Sazonalização

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas à biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres.
- A safra da cana de açúcar na região sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se o mesmo efeito suas receitas, fazendo com que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres.
- Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”).

1.9. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

Em 28 de abril de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 7º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de adequar a governança da Companhia decorrente da realização da Oferta Pública Inicial de Ações, ocorrida no exercício de 2013, incluindo: (i) mudanças do quadro acionário da Companhia; (ii) ajuste nas cláusulas não mais aplicáveis ao Acordo de Acionistas; e (iii) implementação das alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em 1º de outubro de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 8º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de refletir as mudanças no quadro acionário da Companhia em razão da saída do acionista DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH como signatário do Acordo de Acionistas e da adesão dos acionistas Daniel Gallo e Arrow - Fundo de Investimento em Participações ao Acordo de Acionistas, bem como para implementar as alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Atualmente fazem parte do Acordo de Acionista os seguintes acionistas, com as respectivas participações no capital votante: CPFL Geração de Energia S.A. (51,61%), Arrow - Fundo de Investimento em Participações (12,27%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Secor - LLC (4,82%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%) e Daniel Gallo (0,02%), totalizando uma participação de 84,14%.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital.

1.10. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). É desta forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a performance das usinas e aloca os recursos necessários.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**2.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia que foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“Interim Financial Reporting - IAS 34”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 7 e nº 9).
- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Impostos de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Airuoca	Integral	-	100%	Mata Velha	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro do Vento	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Buriú	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Ester	Integral	100%	-	Paíol	Integral	-	100%
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bonanza	Integral	-	100%	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bons Ventos	Integral	-	100%	Penedo	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Renascer	Integral	-	100%
Cajueiro	Integral	95%	-	Rio Claro	Integral	-	94%
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Santa Ursula	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	100%	-
Curral Velho IV	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
DESA Comercializadora	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	SIIF Desenvolvimento	Integral	9%	91%
Distância	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	Solar 1	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	T-15	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
DESA Eurus III	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Eurus VI	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-
Figueirópolis	Integral	-	100%	WF Wind Holding V	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	WF Wind Holding VII	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	WF Wind Holding VIII	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	WF Wind Holding X	Integral	-	100%
Laranjinha	Integral	-	100%	WF Wind Holding XI	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	WF1 Holding	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%				

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$52.307 em 31 de março de 2015 (R\$44.839 em 31 de dezembro de 2014) registrada na conta provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$111.786 em 31 de março de 2015 e R\$112.001 em 31 de dezembro de 2014.

A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de março de 2015:

<u>Empresas</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Campos dos Ventos IV	12	-
Eurus V	4	-
Navegantes	48	38
PCH Holding 2	52.243	44.801
Total	52.307	44.839

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 4.1 a nº 4.14 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	1.563	1.893	81.363	124.294
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	990	973
Fundos de investimento (b)	24.908	278.632	621.061	687.159
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	10.946	15.985
Total de caixa e equivalentes de caixa	26.471	280.525	714.360	828.411

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 85,67% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 103,15% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/03/2015	31/12/2014
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.679	1.633
Atlântica I (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.382	3.103
Atlânticas II (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.451	3.138
Atlânticas IV (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.382	3.138
Atlânticas V (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.609	3.139
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	2.728	2.654
Bio Alvorada (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.565	3.349
Bio Coopcana (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.744	3.499
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.244	1.211
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,41% * [▶]	2.881	3.835
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% * [▶]	38.712	37.665
Campo dos Ventos II (h)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.747	3.645
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.198	1.165
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.921	1.869
Desa Eólicas (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	87.403	65.025
Desa Eurus I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	2.840	2.711
Desa Eurus III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.327	3.175
Figueirópolis (n)	Banco do Brasil	CDB	Diversos	DI	99,98% *	2.688	2.642
Ludesa Energética (m)	Santander	Fundo Títulos Públicos	Indefinido	Diversos	97,48% *	3.481	3.423
Morro dos Ventos I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	4.388	4.269
Morro dos Ventos III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	4.431	4.311
Morro dos Ventos IV (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	4.139	4.027
Morro dos Ventos IX (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	4.689	4.563
Morro dos Ventos VI (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,11% *	3.506	3.411
Ninho da Água (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.296	1.261
Novo Horizonte (k)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	2.651	2.579
Paol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	2.739	2.665
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	15.105	14.697
Rosa dos Ventos (g)	BNB	CDB	ago/28	DI	99,00% *	3.945	3.839
Salto Côes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	3.200	2.960
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	91,15% *	7.230	7.050
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.490	1.450
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	97,47% *	39.898	38.948
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.118	1.088
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	1.017	990
Bio Ester (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,97% *	2.610	-
Total						278.434	248.127

(*) Remuneração média na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

- (b) Referem-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Énergies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de março de 2015 a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Referem-se a contas reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida mais três vezes o próximo serviço da dívida vincendo. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (g) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Rosa dos Ventos, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., a qual deve corresponder a seis vezes ao último serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (h) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada Campo dos Ventos II, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes ao último serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (i) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Alvorada e Bio Coopcana que de acordo com o contrato com o BNDES devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (j) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída nas controladas Atlântica I, II, IV e V, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (k) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada Companhia Energética Novo Horizonte, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, deve corresponder a três vezes o valor da última parcela vencida do serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- (l) Refere-se a conta reserva de Serviço da Dívida e de O&M constituídas nas controladas Desa Eurus I e III, Desa Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX, e Conta Reserva Especial constituída na Desa Eólicas, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES deve corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e 50% do valor da prestação semestral do contrato de O&M. Adicionalmente, a controlada direta DESA Eólicas S.A. deverá manter uma conta reserva especial, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da conta centralizadora de sua controlada, até que seu saldo seja equivalente ao somatório do saldo integral mínimo de três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida de toda a sua controlada, até o final do contrato de financiamento. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (m) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada Ludesa Energética S.A, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES que deve corresponder a soma das últimas três prestações vencidas de principal e juros e a soma dos três últimos pagamentos mensais do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- (n) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil, deve corresponder a soma das três parcelas vincendas de principal e juros do contrato de financiamento, e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
BNDES	210.561	182.403
BNB	57.566	55.463
NIB	7.619	7.619
Banco do Brasil	2.688	2.642
Total	278.434	248.127

6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/03/2015	31/12/2014
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	78,52%	12.089	4.888
						12.089	4.888

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 78,52% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/03/2015	31/12/2014
SIIF Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	323	321
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	10
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
						438	436

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$323, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a Sulamerica S.A. e Banco Itaú no montante de R\$115, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias	50.504	33.172	221.065	234.964
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106)	(106)	(1.595)	(1.629)
Total	50.398	33.066	219.470	233.335

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
CCEAR (*)	-	-	24.257	40.645
CER (**)	-	-	26.267	38.330
Mercado Livre	50.504	33.172	70.661	45.086
Proinfã	-	-	99.880	110.903
Total	50.504	33.172	221.065	234.964

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Composição por vencimento do contas a receber:

Controladora		Consolidado	
	Total		Total
Vencidos		Vencidos (*)	
0 - 15 dias	6	0 - 15 dias	3.988
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	1.777
31 - 45 dias	2	31 - 45 dias	316
Acima de 45 dias	162	Acima de 45 dias	2.179
	<u>170</u>		<u>8.260</u>
A vencer		A vencer	
0 - 15 dias	12.031	0 - 15 dias	37.702
16 - 30 dias	34.740	16 - 30 dias	79.009
31 - 45 dias	2.717	31 - 45 dias	37.980
Acima de 45 dias	846	Acima de 45 dias	58.114
	<u>50.334</u>		<u>212.805</u>
Total	<u>50.504</u>		<u>221.065</u>
PCLD	(106)	PCLD	(1.595)
Total	<u>50.398</u>	Total	<u>219.470</u>

(*) Do total de vencidos no consolidado, o montante de R\$2.298 está em atraso devido a exigência de fiança a ser enviada à órgão público, o restante no montante de R\$5.962 está em processo de negociação de recebimento.

A movimentação do saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Controladora				
Saldo em				Saldo em
31/12/2014	Constituição	Reversão	Baixa	31/03/2015
(106)	-	-	-	(106)
Consolidado				
Saldo em				Saldo em
31/12/2014	Constituição	Reversão	Baixa	31/03/2015
(1.629)	-	34	-	(1.595)

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 31 de março de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$99.880 (45% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa); (ii) R\$65.234 (30% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$26.267 de CER e R\$38.967 de mercado livre); (iii) R\$26.490 (12% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador); e (iv) R\$29.461 (13% do total) por outras empresas.

No consolidado, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.595 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém tal provisão para perda.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data do faturamento.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Impostos de renda e contribuição social a compensar	259	259	31.793	36.216
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.011	5.270	22.249	22.208
COFINS	882	877	18.032	21.474
PIS	192	190	3.962	4.720
Outros	85	36	2.054	1.673
	<u>7.429</u>	<u>6.632</u>	<u>78.090</u>	<u>86.291</u>
Ativo circulante	7.429	6.632	66.132	70.875
Ativo não circulante	-	-	11.958	15.416
Total	<u>7.429</u>	<u>6.632</u>	<u>78.090</u>	<u>86.291</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas. Estas não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da administração será compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e sobre as aquisições do ativo imobilizado nas controladas diretas da SIIF Énergies.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não circulante</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	44.245	44.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a)	(19.795)	(19.795)
Contratos de pré-compra de energia (a)	31.587	30.138
Ativos por indenização (b)	13.950	13.950
Despesas pagas antecipadamente (c)	16.492	15.875
Outros créditos a receber	5.002	5.533
Total	<u>77.643</u>	<u>76.108</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, entretanto, determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos.

Em agosto de 2013, o plano de recuperação judicial foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJ/SP"), que determinou que um novo plano de recuperação deveria ser apresentado no prazo de 60 dias. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. apresentou embargos de declaração contra a decisão do TJ/SP e entende que os mesmos suspendem os efeitos dessa decisão, inclusive em relação ao prazo para apresentação de novo plano de recuperação. Consequentemente, a decisão do TJ/SP sobre os embargos apresentados e seus respectivos efeitos foram suspensos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 3 de julho de 2014, os embargos de declaração apresentados contra a decisão do TJ/SP foram julgados e rejeitados, prevalecendo a anulação do plano de recuperação judicial e a determinação de apresentação de um novo plano de recuperação no prazo máximo de 60 dias (e deliberação em assembleia de credores no prazo de 90 dias), contados a partir da publicação da decisão que rejeitou os embargos. A Administração da Baldin apresentou o novo plano de recuperação judicial em 24 de setembro de 2014, o qual foi submetido para aprovação dos credores em 24 de outubro de 2014 na Assembleia Geral de Credores. O plano não foi aprovado nessa data devido à falta de quórum, portanto, foi convocada uma nova Assembleia Geral de Credores para 10 de novembro de 2014, na qual o novo plano de recuperação judicial foi aprovado. Em 22 de novembro de 2014 foi realizada a homologação do plano de recuperação judicial.

A opção escolhida pela CPFL Renováveis para o recebimento de seus créditos, é a subscrição dos mesmos em Debêntures, observada as seguintes condições, de acordo com o novo plano de recuperação judicial:

- Será constituída uma nova companhia, denominada “Nova Baldin Participações S.A.”, que será a holding controladora do Novo Grupo Baldin e será a proprietária direta das ações da Baldin Bioenergia. A Nova Baldin emitirá, no prazo de até seis meses após a sua constituição, Debêntures, cujo valor limite de emissão será correspondente ao total dos créditos com garantia real e quirografários detidos pelos credores das Debêntures. Essas Debêntures serão garantidas pelas demais sociedades do Grupo Baldin.
- As Debêntures serão subscritas e integralizadas com os créditos com garantia real e quirografários dos credores que escolherem por essa opção.
- As garantias reais constituídas no plano de recuperação judicial anterior ficam mantidas para esse novo plano de recuperação judicial.
- O preço de emissão de cada Debênture será de R\$1,00 para cada R\$1,00 de crédito e o vencimento será de 15 anos a contar da Homologação Judicial do Plano em 22 de novembro de 2014.
- Os credores das Debêntures receberão os valores correspondentes atualizados monetariamente pela TR, acrescidos de juros simples a razão de 12% ao ano. A atualização monetária (TR) será paga 4 parcelas anuais, com vencimento todo dia 30 dos meses de junho, julho, agosto e setembro de cada ano safra. Os juros incidentes sobre o valor principal serão acumulados, capitalizados, incorporados e pagos no vencimento das Debêntures.
- Em caso de adimplência (no mínimo pagamento da atualização monetária - TR) da Nova Baldin, os créditos terão deságio (bônus de adimplência) ao final de 15 anos de 90% sobre os juros e 30% sobre o valor do principal.

Em 31 de março de 2015, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$10.612 é composto da seguinte forma:
 - (1) R\$36.871 de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- (2) R\$6.374 de encargos financeiros.
- (3) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bio Energia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.
- (4) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
- (5) (R\$19.795) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.
- (ii) O montante de R\$31.587, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do fornecimento mensal de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue a CPFL Bioenergia.

No saldo de “Outros créditos a receber - não circulante” inclui o montante de R\$1.981 a receber, decorrente de pagamento à CCEE de garantia física em nome da Baldin Bioenergia S.A., tendo em vista a expectativa do não recebimento deste montante, em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão para perda de 100% desse montante, correspondente a parcela a receber a da Baldin Bioenergia S.A.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$40.013, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$13.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esses valores têm como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- (c) Do montante de R\$16.492: (i) R\$5.187 refere-se a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobras das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas,

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

dentro da rubrica de “Outros créditos - circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$1.022; (ii) R\$4.841 refere-se ao reconhecimento de reembolso de compra de energia, pelo não cumprimento dos prazos acordados pelo fornecedor de aerogerador e que será apropriado ao resultado nos próximos 3 anos; e (iii) R\$6.464 refere-se a compra de matéria prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante será reembolsado pelo consorciado desse projeto durante o exercício de 2015.

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	24.909	278.860	-	-	2.240	5.010
	24.909	278.860	-	-	2.240	5.010
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Atlântica I	-	-	-	-	-	4.386
Atlântica II	-	-	-	-	-	1.004
Atlântica IV	-	-	-	-	-	5.404
Atlântica V	651	-	-	-	651	1.601
Barra da Paciência	-	456	-	-	-	-
Bio Alvorada	17.068	-	-	-	27.496	-
Bio Coopcana	14.520	-	-	-	14.520	-
Bio Formosa	-	-	-	-	399	-
Corrente Grande	4.061	9.569	-	-	-	-
Costa Branca	45	-	-	-	285	1
Desa Morro dos Ventos II	103	-	-	-	-	-
Eólica Paracuru	-	-	-	-	-	1
Jayaditya	-	-	-	-	-	6.225
Juremas	-	-	-	-	548	-
Macacos	-	-	-	-	1.419	-
Ninbo da Água	544	544	-	-	1.735	-
Paíol	9.162	15.748	-	-	-	-
Pedra Cheirosa I	2	-	-	-	-	-
Pedra Preta	-	-	-	-	294	-
São Domingos	146	-	-	-	-	-
São Gonçalo	-	1.735	-	-	(1.735)	-
São Martinho	2	-	-	-	-	-
Solar I	-	65	-	-	(46)	-
Varzea Alegre	-	4.529	-	-	-	-
	46.304	32.646	-	-	45.566	18.622
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Ako Irani	36	25	-	-	68	90
Arvoredo	31	729	-	-	58	77
Atlântica I	37	14	-	-	55	-
Atlântica II	34	11	-	-	47	-
Atlântica IV	49	21	-	-	76	-
Atlântica V	34	11	-	-	47	-
Barra da Paciência	36	313	-	-	68	90
Bioenergia	5	11	-	-	29	52
Bons Ventos	170	137	-	-	601	234
Campos dos Ventos I	13	-	-	-	32	-
Campos dos Ventos II	45	14	-	-	11	-
Campos dos Ventos III	21	88	-	-	-	-
Campos dos Ventos IV	-	-	-	-	32	-
Campos dos Ventos V	13	-	-	-	32	-
Chimney	124	84	-	-	233	310
Cocals Grande	46	32	-	-	87	116
Corrente Grande	31	219	-	-	58	77
Costa Branca	-	103	-	-	11	-
Desa Eurus I	37	-	-	-	37	-
Desa Eurus III	37	-	-	-	37	-
Desa Morro dos Ventos I	37	-	-	-	70	-
Desa Morro dos Ventos II	16	-	-	-	34	-
Desa Morro dos Ventos III	37	-	-	-	70	-
Desa Morro dos Ventos IV	37	-	-	-	70	-
Desa Morro dos Ventos IX	37	-	-	-	101	-
Desa Morro dos Ventos VI	37	-	-	-	38	-
Dobrevé S.A.	17	-	-	-	-	-
Eólica Formosa	32	53	-	-	151	166
Eólica Icaraiuzinho	109	74	-	-	204	271
Eólica Paracuru	40	14	-	-	71	155
Eurus VI	37	-	-	-	37	-
Jayaditya	67	46	-	-	126	168
Juremas	37	14	-	-	101	-
Macacos	37	14	-	-	101	-
Mata Velha	28	-	-	-	-	-
Mohini	72	49	-	-	136	181
Ninbo da Água	17	200	-	-	87	116
Novo Horizonte	1	1	-	-	-	-
Paíol	46	699	-	-	87	116
Pedra Cheirosa I	-	25	-	-	-	-
Pedra Preta	64	14	-	-	101	-
Plano Ako	147	89	-	-	58	116
Rosa dos Ventos	109	88	-	-	223	11
Saão Grés	31	21	-	-	58	77
Santa Clara I	85	35	-	-	148	139
Santa Clara II	80	25	-	-	130	90
Santa Clara III	78	28	-	-	132	90
Santa Clara IV	64	14	-	-	101	-
Santa Clara V	64	14	-	-	101	-
Santa Clara VI	64	14	-	-	101	-
Santa Luzia	11	46	-	-	90	-
São Domingos	-	76	-	-	-	-
São Gonçalo	62	42	-	-	116	155
São Martinho	-	76	-	-	-	-
Sif Cico	127	105	-	-	262	103
Sul Centrais	83	56	-	-	155	245
Varginha	11	169	-	-	58	77
Varzea Alegre	16	11	-	-	29	40
	2.636	3.924	-	-	4.966	3.362
Total	73.849	315.430	-	-	52.772	26.994

Notas Explicativas

Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Não circulante:						
Mútuos:						
Bio Alvorada (d)	-	-	-	-	-	345
Bio Coopcana (d)	-	-	-	-	-	77
Bio Formosa (d)	-	-	-	-	-	209
Campos dos Ventos II (d)	-	-	-	-	-	360
Lacenas (d)	-	-	-	-	-	14
Sócios não controladores (c)	4.483	4.308	-	-	176	299
Sul Centrais (b)	4.302	4.222	-	-	79	76
Total	8.785	8.530	-	-	255	1.380

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Passivo						
Circulante:						
Mútuos:						
Alto Irani (d)	-	-	4.513	2.980	(65)	-
Arvoredo (d)	-	-	6.899	6.776	(124)	(107)
Barra da Paciência (d)	-	-	3.336	3.276	(60)	(52)
Bio Buriti (d)	-	-	3.480	11.507	(103)	-
Bio Ipê (d)	-	-	12.808	11.594	(146)	-
Bio Pedra (d)	-	-	22.788	21.304	(396)	-
Campo dos Ventos I (d)	-	-	1.547	8.570	(39)	-
Campo dos Ventos III (d)	-	-	-	7.220	(24)	-
Campo dos Ventos V (d)	-	-	1.870	8.882	(45)	-
Cocais Grande (d)	-	-	4.462	4.382	(80)	(69)
Corrente Grande (d)	-	-	920	904	(16)	(14)
Eólica Formosa (d)	-	-	29.293	8.334	(348)	-
Eólica Icaraizinho (d)	-	-	45.760	39.357	(617)	-
Eólica Paracuru (d)	-	-	25.918	23.356	(377)	-
Eurus VI (d)	-	-	1.691	6.702	(45)	-
Ninho da Água (d)	-	-	9.105	10.134	(181)	(161)
Paol (d)	-	-	3.850	3.781	(69)	(61)
Pedra Cheirosa I (d)	-	-	6.459	6.813	(118)	-
Pedra Cheirosa II (d)	-	-	6.506	6.471	(117)	-
Plano Alto (d)	-	-	3.759	2.675	(56)	-
Rosa dos Ventos (d)	-	-	7.001	6.855	(125)	-
Santa Clara I (d)	-	-	62	2.982	(6)	-
Santa Clara II (d)	-	-	2.846	14.898	(87)	-
Santa Clara III (d)	-	-	16.526	15.005	(164)	-
Santa Clara IV (d)	-	-	23.138	21.169	(186)	-
Santa Clara V (d)	-	-	21.694	4.555	(148)	-
Santa Clara VI (d)	-	-	24.608	22.256	(207)	-
Santa Mônica (d)	-	-	1.351	8.378	(35)	-
Santa Úrsula (d)	-	-	773	7.828	(35)	-
São Benedito (d)	-	-	928	7.979	(38)	-
São Domingos (d)	-	-	-	7.169	(13)	-
São Gonçalo (d)	-	-	4.034	3.962	(72)	(64)
SIF Cinco (d)	-	-	5.636	5.125	(97)	-
SIF Energias do Brasil (d)	-	-	313	405	(6)	(8)
Varginha (d)	-	-	2.171	3.228	(52)	(64)
Varzea Alegre (d)	-	-	1.879	1.845	(34)	(29)
Vento de Santo Dims (d)	-	-	1.371	8.399	(46)	-
Vento de São Martinho (d)	-	-	82	7.149	(13)	-
	-	-	309.377	344.205	(4.390)	(629)
Fornecedores: (nota nº 14)						
Akroca	-	-	1.059	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil	-	-	-	-	-	(10.577)
Dobrevê S.A	-	-	17	-	-	-
Nect consultoria	-	-	24	166	(267)	(156)
Ninho da Água	-	-	-	-	-	(634)
Novo Horizonte	-	-	1.144	-	(2.139)	-
Plano Alto	-	-	-	315	-	-
	-	-	2.244	481	(2.407)	(11.367)
Valores a pagar de empresas ligadas (e)						
Alto Irani	-	-	236	-	-	-
Arvoredo	-	-	202	-	-	-
Atlântica I	-	-	135	-	-	-
Atlântica II	-	-	101	-	-	-
Atlântica IV	-	-	202	-	-	-
Atlântica V	-	-	101	-	-	-
Barra da Paciência	-	-	237	-	-	-
Bons Ventos	-	-	1.111	-	-	-
Campos dos Ventos I	-	-	135	-	-	-
Campos dos Ventos II	-	-	269	-	-	-
Campos dos Ventos V	-	-	135	-	-	-
Chimay	-	-	808	-	-	-
Cocais Grande	-	-	303	-	-	-
Corrente Grande	-	-	202	-	-	-
Costa Branca	-	-	269	-	-	-
Eólica Icaraizinho	-	-	707	-	-	-
Eólica Paracuru	-	-	135	-	-	-
Jayaditya	-	-	438	-	-	-
Mohini	-	-	471	-	-	-
Paol	-	-	303	-	-	-
Pedra Preta	-	-	269	-	-	-
Rosa dos Ventos	-	-	842	-	-	-
Sako Goiás	-	-	202	-	-	-
Santa Clara I	-	-	471	-	-	-
Santa Clara II	-	-	370	-	-	-
Santa Clara III	-	-	404	-	-	-
Santa Clara IV	-	-	269	-	-	-
Santa Clara V	-	-	269	-	-	-
Santa Clara VI	-	-	269	-	-	-
São Gonçalo	-	-	404	-	-	-
SIF Cinco	-	-	1.010	-	-	-
Sul Centrais	-	-	539	-	-	-
Varzea Alegre	-	-	101	-	-	-
	-	-	11.919	-	-	-
Contas a pagar de aquisições: (nota nº17)						
Sócios não controladores	-	-	4.732	4.655	(77)	(30)
	-	-	4.732	4.655	(77)	(30)
Total	-	-	328.272	349.341	(6.874)	(12.026)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(61)
	-	-	1.305	1.292	(13)	(61)

Notas Explicativas**CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas**

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	650.776	702.548	-	-	19.808	16.749
	650.776	702.548	-	-	19.808	16.749
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Cia de Luz e Força	61	70	-	-	164	95
CPFL Brasil	22.591	28.195	-	-	69.627	95.733
CPFL Geração	2.256	2.256	-	-	-	-
CPFL Paulista	484	471	-	-	1.074	1.098
CPFL Piratininga	1.082	1.218	-	-	2.879	2.244
RGE Rio Grande Energia	16	15	-	-	55	53
	26.490	32.225	-	-	73.799	99.223
Total	677.266	734.773	-	-	93.607	115.972
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	39.996	36.255	-	-	1.206	925
	39.996	36.255	-	-	1.206	925
Mútuo:						
Sócios não controladores (c)	6.552	6.281	-	-	271	998
	6.552	6.281	-	-	271	998
Total	46.548	42.536	-	-	1.477	1.923
Passivo						
Circulante:						
Fornecedores: (nota nº 14)						
CPFL Brasil	-	-	-	3.669	(146)	(41.599)
CPFL Paulista	-	-	332	349	(1.133)	-
CPFL Serviços	-	-	331	-	-	-
Nect consultoria	-	-	24	166	(267)	(156)
RGE Rio Grande Energia	-	-	3	5	(11)	-
	-	-	690	4.189	(1.557)	(41.755)
Contas a pagar de aquisições: (nota nº 17)						
Sócios não controladores	-	-	4.732	4.655	(77)	(30)
	-	-	4.732	4.655	(77)	(30)
Total	-	-	5.422	8.844	(1.634)	(41.785)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(61)
Total	-	-	1.305	1.292	(13)	(61)

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de vencimento em 30 de novembro de 2020 e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em 2012 e renovados a cada ano, até 2014. Em 2015 foi realizado um novo contrato que estabelece que a liquidação deverá ocorrer na data que a SPE distribuir lucro a seus acionistas. A remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com remuneração de TJLP+2% ao ano, para capital de giro.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra "b" do item 37 do pronunciamento técnico CPC 18, demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Aismoco	15.325	14.828	1	2	15.324	14.826	-	-	(2)	(24)
Ako Irani	65.299	62.500	32.026	32.403	33.273	30.097	4.332	5.591	3.176	3.599
Arvoredo	92.208	93.654	36.255	37.160	55.953	56.493	3.658	4.099	(541)	1.331
Atlântica I	136.469	137.138	85.662	87.705	50.807	49.433	4.440	7.195	1.374	(1.263)
Atlântica II	136.617	136.219	85.843	86.767	50.774	49.452	4.142	3.534	1.322	(3.116)
Atlântica IV	145.854	145.140	86.946	87.555	58.908	57.585	4.312	4.530	1.323	(7.138)
Atlântica V	175.029	164.844	106.960	98.107	68.069	66.736	5.535	6.114	1.333	303
Baixa Venda	246	254	2	-	244	254	-	-	(10)	(23)
Barra da Paciência	127.613	127.609	65.082	65.720	62.531	61.888	6.686	6.478	643	2.989
Bio Ahorada	227.899	212.327	115.776	97.729	112.123	114.599	33.322	15.740	(2.476)	(9.207)
Bio Burti	132.629	141.363	3.322	2.922	129.307	138.441	3.112	4.255	(9.134)	(2.703)
Bio Coopanca	180.064	168.846	127.985	110.344	52.079	58.502	14.732	15.747	(6.422)	(5.213)
Bio Formosa	127.700	130.432	37.670	42.510	90.030	87.922	7.386	667	2.107	(2.775)
Bio Ipê	41.017	36.229	8.125	7.714	32.892	28.515	7.873	3.309	4.376	379
Bio Pedra	213.750	209.349	7.811	357	205.939	208.992	7	(908)	(3.054)	(4.089)
Bionergia	85.085	85.115	55.356	55.876	29.729	29.239	2.819	2.585	490	261
Boa Vista 2	16.998	3.045	14.176	86	2.822	2.959	-	-	(138)	(45)
Bonanza	-	2.147	-	396	-	1.751	-	-	-	-
Bons Ventos	807.787	803.181	480.881	485.354	326.906	317.827	35.944	37.097	9.079	9.989
BVP	371.398	363.087	8.392	8.392	363.006	354.695	-	-	8.311	9.401
Cachoeira Grande	6.652	6.676	1	27	6.651	6.649	-	-	2	13
Cajueiro	494	501	2	-	492	501	-	-	(10)	(16)
Campos dos Ventos I	15.345	15.344	1.850	1.937	13.495	13.406	-	-	88	14
Campos dos Ventos II	150.253	149.164	99.439	100.829	50.814	48.335	4.672	4.484	2.479	1.299
Campos dos Ventos III	17.976	15.025	4.463	1.522	13.513	13.503	-	-	10	(65)
Campos dos Ventos IV	104	125	116	104	(12)	21	-	-	(33)	(15)
Campos dos Ventos V	15.367	15.395	2.484	2.595	12.883	12.800	-	-	83	22
Cherobim	-	1.760	-	-	-	1.760	-	-	-	-
Chimay	140.898	134.227	19.549	20.304	121.349	113.923	16.284	15.589	7.426	10.598
Cocais Grande	49.770	49.911	26.246	26.307	23.524	23.603	1.213	1.988	(79)	493
Comercializadora de Energia	-	13	-	-	-	13	(2.190)	-	(7)	-
Companhia Energética Novo Horizonte	153.817	150.794	52.672	51.278	101.145	99.516	11.051	-	4.159	-
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	139.312	139.630	44.848	45.352	94.464	94.278	3.526	-	186	-
Corrente Grande	90.636	97.109	46.799	52.223	43.837	44.886	3.810	3.799	(1.049)	1.196
Costa Branca	109.427	102.590	80.268	74.119	29.159	28.471	3.928	-	688	(106)
Costa das Dunas	903	900	1	-	902	900	-	-	3	(3)
Curral Velho I	7	2	149	-	(142)	2	-	-	-	(11)
Curral Velho II	7	28	48	1	(41)	27	-	-	-	(1)
Curral Velho IV	6	5	100	-	(94)	5	-	-	-	-
Distância	-	2.539	-	-	-	2.539	-	-	-	-
Dobrevê	881.270	852.807	161.859	146.975	719.411	705.833	-	-	(906)	-
Eólicas	943.711	429.122	593.967	72.506	349.744	356.616	26.382	-	(1.441)	-
Eólica Formosa	457.116	450.447	318.855	318.327	138.261	132.120	23.229	18.542	6.141	2.338
Eólica Holding	141.224	134.634	877	426	140.347	134.208	-	-	6.139	1.173
Eólica Icorazinho	290.876	288.072	188.456	188.760	102.420	99.312	12.313	12.291	3.108	3.401
Eólica Paracuru	117.801	113.048	77.380	74.723	40.421	38.325	6.160	6.329	2.096	2.355
Eurus I	113.487	117.730	73.997	70.861	39.490	46.869	2.876	-	(723)	-
Eurus III	113.220	118.194	87.883	82.644	25.337	35.550	3.538	-	(369)	-
Eurus V	111	112	115	97	(4)	15	-	-	(19)	(8)
Eurus VI	38.980	38.643	1.491	1.240	37.489	37.403	715	1.169	86	600
Farol de Touros	332	331	-	-	332	331	-	-	1	(7)
Figueira Branca	140	142	-	-	140	142	-	-	(2)	(11)
Ganeleira	1.085	1.081	2	1	1.083	1.080	-	-	3	(6)
Jantus SL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jay aditya	47.760	38.480	22.929	20.111	24.831	18.369	14.536	15.094	6.463	(25.458)
Juremas	71.556	71.932	52.962	54.227	18.594	17.706	2.997	-	889	(399)
Lacenas	118.029	116.045	61.557	60.820	56.472	55.225	9.024	5.164	1.247	638
Laranjinha	-	738	-	132	-	606	-	-	(9)	-
Ludeas	144.259	142.112	29.564	29.538	114.695	112.575	6.274	-	2.226	-
Macaos	92.172	93.301	71.595	73.419	20.577	19.883	3.536	-	694	(122)
Mata Velha	157.796	103.427	129.730	1.688	28.066	101.739	-	-	(363)	-
Mobini	81.608	73.998	8.537	8.270	73.071	65.728	16.444	15.739	7.343	10.111
Morro do Vento	-	785	-	-	-	785	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	137.101	137.088	89.130	86.884	47.971	50.204	4.421	-	(99)	-
Morro dos Ventos II	126.787	86.503	79.523	49.990	47.264	36.513	-	-	(662)	-
Morro dos Ventos III	128.509	129.869	85.139	84.165	43.370	45.704	4.131	-	(253)	-
Morro dos Ventos IV	127.073	129.173	79.192	78.689	47.881	50.484	3.866	-	(353)	-
Morro dos Ventos IX	142.096	143.830	90.873	89.664	51.223	54.167	3.979	-	632	-
Morro dos Ventos VI	131.609	134.201	67.554	67.086	64.055	67.116	3.572	-	(347)	-
Navegantes	9	2	63	45	(54)	(43)	-	-	(11)	(9)
Ninho da Água	72.403	73.099	29.708	29.168	42.695	43.931	3.998	3.283	(1.237)	1.586
Paol	97.684	105.816	70.059	76.594	27.625	29.222	4.671	4.628	(1.597)	1.773
PCH Holding	434.307	437.596	169	443	434.138	437.153	-	-	(3.015)	14.334
PCH Holding 2	199.559	200.211	251.802	245.012	(52.243)	(44.801)	-	-	(7.442)	(2.031)
PCH Participações	911.915	910.893	223.365	226.483	688.550	684.410	-	-	4.140	5.219
Pedra Preta	92.194	92.666	69.162	71.197	23.032	21.468	4.015	-	1.563	(34)
Penedo	1.818	1.818	-	-	1.818	1.818	-	-	-	(15)
Plano Alto	47.240	45.359	31.797	25.417	15.443	19.942	2.975	4.231	2.138	2.736
Pedra Cheirosa I	11.629	11.574	48	67	11.581	11.506	-	-	75	-
Pedra Cheirosa II	10.747	10.682	35	54	10.712	10.628	-	-	84	-
Renacer Centrais Elétricas	-	584	-	-	-	584	-	-	(1)	-
Rio Claro	-	1.056	-	321	-	735	-	-	-	-
Rosa dos Ventos	69.949	68.731	34.300	34.946	35.649	33.785	4.215	4.227	1.864	1.959
Sabo Góes	180.789	181.321	87.664	88.531	93.125	92.790	4.328	4.292	335	1.443
Santa Clara I	146.968	145.505	3.042	2.661	143.926	142.843	4.200	5.094	1.083	2.280
Santa Clara II	134.446	132.712	3.277	2.641	131.169	130.071	3.593	4.691	1.098	2.262
Santa Clara III	135.583	134.278	2.386	2.393	133.197	131.885	3.882	4.677	1.312	2.255
Santa Clara IV	141.067	139.163	4.629	3.928	136.438	135.235	3.583	4.693	1.203	2.460
Santa Clara V	140.288	138.343	3.054	2.374	137.234	135.969	3.599	4.677	1.165	2.385
Santa Clara VI	142.462	140.639	5.613	4.692	136.849	135.947	3.251	4.677	902	2.454
Santa Cruz	5.805	5.818	-	13	5.805	5.806	-	-	(1)	(2)
Santa Luzia	223.785	227.239	118.504	113.796	105.281	113.443	8.793	9.967	57	3.909
Santa Mônica	14.683	14.626	39	92	14.644	14.534	-	-	109	(1)
Santa Ursula	13.589	13.566	31	99	13.558	13.467	-	-	91	7
São Benedito	14.137	14.108	40	97	14.097	14.011	-	-	85	13
São Domingos	17.125	14.063	3.508	532	13.617	13.531	-	-	86	(65)
São Gonçalo	73.170	72.550	32.404	33.534	40.766	39.016	3.853	3.098	1.749	1.097
SHF Cinco	117.197	115.670	82.674	82.233	34.523	33.437	5.246	5.066	1.086	999
SHF Desenvolvimento	1.629	1.642	1.022	1.066	607	576	-	-	31	(1.042)
SHF Energies	375.878	363.859	15.861	15.929	360.017	347.930	-	-	12.086	7.336
Solar I	8.254	8.290	5.272	5.392	2.982	2.898	92	75	84	12
Sul Centrais Elétricas	28.392	27.314	12.867	12.453	15.525	14.861	2.795	2.635	664	1.185
T-15	756.991	729.808	441.507	456.872	315.484	272.937	-	-	17.578	(9.121)
Tombo	937	937	-	-	937	937	-	-	-	(15)
Turbina 16	17	18	-	-	17	18	-	-	(1)	-
Turbina 17	15	17	-	-	15	17	-	-	(1)	-
WF I Holding	431	333	-	-	431	333	-	-	1	-
WF Wind Holding V	187	179	8	6	179	173	-	-	6	-
WF Wind Holding VII	149	145	3	2	146	143	-	-	3	-
WF Wind Holding VIII	-	146	-	2	-	144	-	-	-	-
Varginha - DESA	-	368	-	35	-	333	-	-	-	-
Varginha	54.858	55.617	25.811	26.157	29.047	29.460	2.562	5.191	(413)	3.355
Varzea Alegre	53.463	58.391	23.730	28.126	29.733	30.265	2.168	2.017	(532)	562
Ventos de Santo Dimas	14.684	14.648	38	89	14.646	14.559	-	-	87	11
Ventos de São Martinho	12.369	12.299	841	879	11.528	11.420	-	-	108	(49)

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 1º de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

As opções somente poderiam ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) Oferta Pública Inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Com a conclusão da Oferta Pública de Ações, ocorrida em 19 de agosto de 2013, os beneficiários passaram a poder exercer as opções em que o “vesting” já tinha ocorrido.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorre em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções em aberto a serem exercidas ao final dos planos de 2009, 2010 e 2011 representa o montante de 503.098 ações.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, o quadro abaixo considera o grupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Preço da ação na data de exercício da opção</u>
			<u>na data da outorga</u>	<u>Saldo Contabilizado</u>	
			<u>R\$</u>		
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	1,83	102	R\$ 6,15 atualizado pelo IPCA desde 01/01/2009
2ª Tranche	45.026	29/10/2009	1,55	70	
3ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,26	35	
4ª Tranche	<u>27.873</u>	29/10/2009	1,33	<u>37</u>	
	156.519			244	
Programa de 2010					
1ª Tranche	48.832	09/03/2010	2,87	140	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	32.554	09/03/2010	3,01	98	
3ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,73	89	
4ª Tranche	<u>32.554</u>	09/03/2010	2,89	<u>94</u>	
	146.494			421	
Programa de 2011					
1ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,93	159	R\$ 9,18 atualizado pelo IPCA desde 08/10/2009
2ª Tranche	82.500	01/03/2011	2,06	170	
3ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,83	151	
4ª Tranche	<u>82.500</u>	01/03/2011	1,94	<u>160</u>	
	330.000			640	
Total	<u>633.013</u>			<u>1.305</u>	

Notas Explicativas S.A. e Controladas

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi provisionado o montante de R\$13 (R\$61 em 31 de março de 2014) na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Em 28 de fevereiro de 2014, alguns beneficiários exerceram suas opções de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$551, e emissão de 61.304 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). Das novas ações emitidas 45.027 ações referem-se a 1ª e 2ª tranches do programa de 2009 e 16.277 ações referem-se a 1ª tranche do programa de 2010.

Em 26 de junho de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$355, e emissão de 42.882 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 30 de outubro de 2014, determinado beneficiário exerceu sua opção de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$217, e emissão de 25.729 novas ações (vide nota explicativa nº 21.(a)). As novas ações emitidas referem-se a todas as tranches do programa de 2009.

Em 1º de março de 2015, encerrou o prazo de “vesting” do último Programa de pagamento baseado em ações de 2011, aprovado pela Companhia, a partir desta data, não houve mais provisão de despesas na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de três meses findo em 31 de março de 2015 alcançou o montante de R\$2.097 (R\$1.965 em 2014), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	1.203	1.019
Encargos sociais e benefícios	493	415
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	13	61
Participações nos lucros	386	-
Outros	2	470
Total	<u>2.097</u>	<u>1.965</u>

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 27 de abril de 2015, foi autorizado o montante de R\$10.253, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2015.

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.245.373	4.163.553
Adiantamentos para futuro aumento de capital	156.302	123.290
Direito de exploração de atividade de geração - autorização incluindo os efeitos fiscais	<u>1.780.327</u>	<u>1.800.846</u>
Total do investimento	<u><u>6.182.002</u></u>	<u><u>6.087.689</u></u>

	Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	35.457	3.659
Amortização de juros capitalizados	(341)	(342)
Amortização direito de autorização (i)	(31.262)	(22.382)
Impostos diferidos (i)	<u>10.743</u>	<u>7.607</u>
Subtotal	<u>(20.519)</u>	<u>(14.775)</u>
Total	<u><u>14.597</u></u>	<u><u>(11.458)</u></u>

(i) Apresentado líquido R\$20.519 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Notas Explicativas

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Ako Irani	1.510	100%	33.273	3.176	33.273	30.097	3.176	3.599
Atlântica I	125.404	100%	50.807	1.374	50.807	49.433	1.374	(1.263)
Atlântica II	118.568	100%	50.774	1.322	50.774	49.452	1.322	(3.116)
Atlântica IV	118.916	100%	58.908	1.323	58.908	57.585	1.323	-
Atlântica V	139.087	100%	68.069	1.333	68.069	66.736	1.333	303
Baixa Verde	54	95%	244	(10)	232	241	(9)	(22)
Bio Alvorada	41.020	100%	112.123	(2.476)	112.123	114.599	(2.476)	(9.207)
Bio Buri	144.825	100%	129.307	(9.134)	129.307	138.441	(9.134)	(2.703)
Bio Coopcana	35.891	100%	52.080	(6.422)	52.080	58.502	(6.422)	(5.213)
Bio Energia	46.288	100%	29.729	490	29.729	29.239	490	261
Bio Formosa	126.910	100%	90.029	2.107	90.029	87.922	2.107	(2.775)
Bio Ipe	26.241	100%	33.845	4.376	33.845	29.484	4.376	379
Bio Pedra	204.972	100%	209.840	(3.054)	209.840	212.956	(3.054)	(4.089)
Boa Vista 2	2.938	100%	2.821	(138)	2.821	2.959	(138)	(45)
Cachoeira Grande	7.632	100%	6.651	2	6.651	6.649	2	13
Cajueto	47	95%	491	(11)	466	476	(10)	(15)
Campos dos Ventos I	8.139	100%	13.494	88	13.494	13.406	88	14
Campos dos Ventos III	7.953	100%	13.513	10	13.513	13.503	10	(65)
Campos dos Ventos IV	64	100%	(12)	(33)	-	21	-	(15)
Campos dos Ventos V	7.845	100%	12.883	83	12.883	12.800	83	22
Costa das Dunas	61	90%	903	3	813	810	3	(3)
Dobrevê Energia	12.020.176	100%	657.893	(906)	657.893	637.995	(906)	-
Eólica Holding	14.082	100%	140.348	6.139	140.348	134.209	6.139	1.173
Eurus V	57	100%	(4)	(19)	-	15	-	(8)
Eurus VI	36.495	100%	37.852	86	37.852	37.772	86	600
Famf de Touros	54	90%	332	1	299	298	1	(6)
Figueira Branca	47	100%	140	(2)	140	142	(2)	(11)
Gamleira	855	100%	1.083	3	1.083	1.080	3	(6)
Lacenas	43.455	100%	56.473	1.247	56.473	55.226	1.247	638
PCH Holding	436.180	100%	434.138	(3.015)	434.138	437.153	(3.015)	14.334
PCH Participações	67.153.569	41%	688.578	4.140	282.317	280.620	1.697	2.140
Pedra Cheirosa I	11.423	100%	11.578	75	11.578	11.503	75	-
Pedra Cheirosa II	10.466	100%	10.712	84	10.712	10.628	84	-
Penedo	2.000	100%	1.818	-	1.818	1.818	-	(15)
Piano Alto	1.337	100%	15.443	2.138	15.443	19.942	2.138	2.736
Rosa dos Ventos	40	100%	33.862	1.879	33.862	31.983	1.879	481
Sabo Góes	74.919	100%	93.125	335	93.125	92.790	335	1.443
Santa Clara I	139.189	100%	147.679	1.083	147.679	146.656	1.083	2.280
Santa Clara II	136.697	100%	134.551	1.098	134.551	133.507	1.098	2.262
Santa Clara III	136.697	100%	136.116	1.312	136.116	134.850	1.312	2.255
Santa Clara IV	136.697	100%	138.744	1.203	138.744	137.578	1.203	2.460
Santa Clara V	136.697	100%	139.407	1.165	139.407	138.176	1.165	2.385
Santa Clara VI	136.697	100%	138.587	902	138.587	137.713	902	2.454
Santa Cruz	6.703	100%	5.805	(1)	5.805	5.806	(1)	(2)
Santa Mônica	8.163	100%	14.643	109	14.643	14.534	109	(1)
Santa Ursula	7.521	100%	13.558	91	13.558	13.467	91	7
São Benedito	7.620	100%	14.096	85	14.096	14.011	85	13
São Domingos	8.071	100%	13.618	87	13.618	13.531	87	(64)
SHF Desenvolvimento	1.958	9%	608	31	56	53	3	(256)
SHF Energies	327.895	100%	256.166	13.764	256.166	242.402	13.764	8.643
Solar	4	100%	2.982	84	2.982	2.898	84	-
T-15	9.969.135	100%	315.484	17.578	315.484	272.936	17.578	(9.121)
Tombo	1.239	100%	937	-	937	937	-	(15)
Turbina 16	34	100%	17	(1)	17	18	(1)	-
Turbina 17	27	100%	15	(1)	15	16	(1)	-
Ventos de Santo Dmas	8.200	100%	14.646	87	14.646	14.559	87	11
Ventos de São Martinho	8.090	100%	11.528	108	11.528	11.420	108	(89)
Subtotal					4.245.373	4.163.553	42.961	12.821
Atlântica IV	118.916	100%	58.908	1.323	-	-	-	(7.138)
Navegantes	308	95%	(51)	(11)	(48)	(38)	(10)	(9)
PCH Holding 2	4.977	100%	(52.243)	(7.442)	(52.243)	(44.801)	(7.442)	(2.027)
Campos dos Ventos IV	64	100%	(12)	(33)	(12)	-	(33)	-
Eurus V	57	100%	(4)	(19)	(4)	-	(19)	-
Solar								12
					4.193.066	4.118.714	35.457	3.647

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 31/03/2015	Resultado do período	Participação patrimonial líquido (passivo a descoberto)		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Airuoca	21.303	100%	15.324	(2)	15.324	14.826	(2)	(24)
Arvoredo	45.995	100%	55.953	(541)	55.953	56.493	(541)	1.331
Barra da Paciência	31.264	100%	62.531	643	62.531	61.888	643	2.989
Bitupitá I	164	100%	(142)	-	(142)	-	-	(11)
Bitupitá II	219	100%	(41)	-	(41)	(42)	-	(1)
Bitupitá III	164	100%	(94)	-	(94)	(93)	-	-
Bonanza	2.032	100%	1.751	(28)	1.751	1.751	(28)	-
Bons Ventos	233.067	100%	326.906	9.079	326.906	317.827	9.079	9.989
BVP	311.106	100%	363.006	8.311	363.006	354.695	8.311	9.401
Campos dos Ventos II	13.049	100%	50.814	2.479	50.814	48.335	2.479	1.299
Cherobim	1.010	11%	1.760	-	1.760	194	-	-
Chimay	85.538	100%	121.349	7.426	121.349	113.923	7.426	10.598
Cocais Grande	15.377	100%	23.524	(79)	23.524	23.603	(79)	493
Comercializadora de Energia	100	100%	13	(7)	13	13	(7)	-
Companhia Energética Novo Horizonte	96.536	100%	99.516	9.345	99.516	99.516	9.345	-
Companhia Hidrelétrica Figueirópolis	34.559	100%	94.278	4.047	94.278	94.278	4.047	-
Corrente Grande	27.521	100%	43.837	(1.049)	43.837	44.886	(1.049)	1.196
Costa Branca	14.566	95%	29.159	688	27.701	27.047	654	(81)
Curra Velho I	155	100%	2	-	2	2	-	-
Curra Velho II	150	100%	27	-	27	27	-	1
Curra Velho IV	145	100%	4	-	4	5	-	(1)
Distância	2.522	100%	2.539	-	2.539	2.539	-	-
Eólicas	255.648	100%	356.616	41.414	356.616	356.616	41.414	-
Eólica Formosa	92.900	100%	138.261	6.141	138.261	132.120	6.141	2.338
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	102.420	3.108	102.420	99.312	3.108	3.401
Eólica Paracuru	22.230	100%	40.421	2.096	40.421	38.325	2.096	2.355
Eurus I	30.835	100%	46.869	1.178	46.869	46.869	1.178	-
Eurus III	22.184	100%	35.550	212	35.550	35.550	212	-
Jayaditya	17.691	100%	24.831	6.463	24.831	18.369	6.463	(25.458)
Juremas	14.075	95%	18.594	889	17.664	16.821	845	(13)
Laranjinha	1.017	100%	606	(9)	606	606	(9)	-
Ludesa	68.540	40%	112.575	6.040	45.030	45.030	2.416	-
Macacos	15.417	95%	20.577	694	19.548	18.889	659	(127)
Mata Velha	10.322	100%	101.739	(191)	101.739	101.739	(191)	-
Mohini	59.933	100%	73.071	7.343	73.071	65.728	7.343	10.111
Morro do Vento	1.200	100%	785	-	785	785	-	-
Morro dos Ventos I	42.635	100%	36.513	(80)	36.513	36.513	(80)	-
Morro dos Ventos II	3.916	100%	50.204	6.040	50.204	50.204	6.040	-
Morro dos Ventos III	36.703	100%	45.704	7.656	45.704	45.704	7.656	-
Morro dos Ventos IV	41.433	100%	50.484	7.231	50.484	50.484	7.231	-
Morro dos Ventos VI	62.312	100%	54.167	7.137	54.167	54.167	7.137	-
Morro dos Ventos IX	45.666	100%	67.116	6.402	67.116	67.116	6.402	-
Ninho da Água	33.897	100%	42.695	(1.237)	42.695	43.931	(1.237)	1.586
Paioi	27.428	100%	27.625	(1.597)	27.625	29.222	(1.597)	1.773
PCH Participações	67.153.569	59%	688.550	4.140	406.245	403.802	2.443	3.079
Pedra Preta	14.594	95%	23.032	1.563	21.880	20.395	1.485	(14)
Renascença Centrais Elétricas	1.500	100%	584	(1)	584	584	(1)	-
Rio Claro	371	6%	735	-	44	44	-	-
Santa Luzia	89.288	100%	105.281	57	105.281	113.443	57	3.909
São Gonçalo	28.734	100%	40.766	1.749	40.766	39.016	1.749	1.097
SIF Cinco	24.030	100%	34.523	1.086	34.523	33.437	1.086	999
SIF Desenvolvimento	1.958	91%	607	31	552	523	28	(786)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	15.525	664	15.525	14.861	664	1.185
WF I Holding	9.903	100%	333	9.257	333	333	9.257	-
WF Wind Holding V	1.504	100%	173	11	173	173	11	-
WF Wind Holding VII	1.327	100%	143	9	143	143	9	-
WF Wind Holding VIII	1.504	100%	144	9	144	144	9	-
Varginha - DESA	1	6%	333	-	20	20	-	-
Varginha	20.692	100%	29.047	(413)	29.047	29.460	(413)	3.355
Varzea Alegre	24.644	100%	29.733	(532)	29.733	30.265	(532)	562

Movimentação dos investimentos no período de três meses findo em 31 de março de 2015 - Controladora:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

	Saldo em 31/12/2014	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Saldo em 31/03/2015
Alto Irani	30.097	-	-	-	3.176	-	33.273
Atlântica I	49.433	-	-	-	1.374	-	50.807
Atlântica II	49.452	-	-	-	1.322	-	50.774
Atlântica IV	57.585	-	-	-	1.323	-	58.908
Atlântica V	66.736	-	-	-	1.333	-	68.069
Baixa Verde	241	-	-	-	(9)	-	232
Bio Alvorada	114.599	-	-	-	(2.476)	-	112.123
Bio Buriti	138.441	-	-	-	(9.134)	-	129.307
Bio Coopcana	58.502	-	-	-	(6.422)	-	52.080
Bio Energia	29.239	-	-	-	490	-	29.729
Bio Formosa	87.922	-	-	-	2.107	-	90.029
Bio Ipe	29.484	-	(15)	-	4.376	-	33.845
Bio Pedra	212.956	-	(62)	-	(3.054)	-	209.840
Boa Vista 2	2.959	-	-	-	(138)	-	2.821
Cachoeira Grande	6.649	-	-	-	2	-	6.651
Cajueiro	476	-	-	-	(10)	-	466
Campos dos Ventos I	13.406	-	-	-	88	-	13.494
Campos dos Ventos III	13.503	-	-	-	10	-	13.513
Campos dos Ventos IV	21	-	-	12	(33)	-	-
Campos dos Ventos V	12.800	-	-	-	83	-	12.883
Costa das Dunas	810	-	-	-	3	-	813
Dobrevê Energia	637.995	20.804	-	-	(906)	-	657.893
Eólica Holding	134.209	-	-	-	6.139	-	140.348
Eurus V	15	-	-	4	(19)	-	-
Eurus VI	37.772	-	(6)	-	86	-	37.852
Farol de Touros	298	-	-	-	1	-	299
Figueira Branca	142	-	-	-	(2)	-	140
Gameleira	1.080	-	-	-	3	-	1.083
Lacenas	55.226	-	-	-	1.247	-	56.473
PCH Holding	437.153	-	-	-	(3.015)	-	434.138
PCH Participações	280.620	-	-	-	1.697	-	282.317
Pedra Cheirosa I	11.503	-	-	-	75	-	11.578
Pedra Cheirosa II	10.628	-	-	-	84	-	10.712
Penedo	1.818	-	-	-	-	-	1.818
Plano Alto	19.942	-	-	-	2.138	(6.637)	15.443
Rosa dos Ventos	31.983	-	-	-	1.879	-	33.862
Salto Góes	92.790	-	-	-	335	-	93.125
Santa Clara I	146.656	-	(60)	-	1.083	-	147.679
Santa Clara II	133.507	-	(54)	-	1.098	-	134.551
Santa Clara III	134.850	-	(46)	-	1.312	-	136.116
Santa Clara IV	137.578	-	(37)	-	1.203	-	138.744
Santa Clara V	138.176	99	(33)	-	1.165	-	139.407
Santa Clara VI	137.713	-	(28)	-	902	-	138.587
Santa Cruz	5.806	-	-	-	(1)	-	5.805
Santa Mônica	14.534	-	-	-	109	-	14.643
Santa Ursula	13.467	-	-	-	91	-	13.558
São Benedito	14.011	-	-	-	85	-	14.096
São Domingos	13.531	-	-	-	87	-	13.618
SIIF Energies	242.402	-	-	-	13.764	-	256.166
SIIF Desenvolvimento	53	-	-	-	3	-	56
Solar	2.898	-	-	-	84	-	2.982
T-15	272.936	24.970	-	-	17.578	-	315.484
Tombo	937	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	18	-	-	-	(1)	-	17
Turbina 17	16	-	-	-	(1)	-	15
Ventos de Santo Dimas	14.559	-	-	-	87	-	14.646
Ventos de São Martinho	11.420	-	-	-	108	-	11.528
Subtotal do investimento	<u>4.163.553</u>	<u>45.873</u>	<u>(341)</u>	<u>16</u>	<u>42.909</u>	<u>(6.637)</u>	<u>4.245.373</u>
Navegantes (*)	(38)	-	-	-	(10)	-	(48)
PCH Holding 2 (*)	(44.801)	-	-	-	(7.442)	-	(52.243)
Campos dos Ventos IV (*)	-	-	-	(12)	-	-	(12)
	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Total do investimento	<u>4.118.714</u>	<u>45.873</u>	<u>(341)</u>	<u>-</u>	<u>35.457</u>	<u>(6.637)</u>	<u>4.193.066</u>

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Saldo em 31/03/2015
Aiuruoca	22.399	-	22.399
Alto Irani	92.819	(1.343)	91.476
Arvoredo	18.561	(516)	18.045
Atlântica I	300	(3)	297
Atlântica II	300	(3)	297
Atlântica IV	300	(3)	297
Atlântica V	300	(3)	297
Baixa Verde	4.861	-	4.861
Barra da Paciência	24.713	-	24.713
Boa Vista 2	48.873	-	48.873
Cachoeira Grande	1.751	-	1.751
Cajueiro	6.600	-	6.600
Campos dos Ventos I	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos II	5.350	(43)	5.307
Campos dos Ventos III	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos IV	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos V	2.812	-	2.812
Cocais Grande	14.278	(368)	13.910
Corrente Grande	15.330	-	15.330
Costa Branca	32.438	(238)	32.200
Costa das Dunas	1.802	-	1.802
Dobrevê Energia S.A.	458.696	(4.411)	454.285
Eólica Formosa	129.889	(4.148)	125.742
Eólica Icaraizinho	199.980	(2.156)	197.824
Eólica Paracuru	131.633	(995)	130.638
Eurus V	3.227	-	3.227
Eurus VI	793	(10)	783
Farol de Touros	2.282	-	2.282
Figueira Branca	1.608	-	1.608
Gameleira	2.144	-	2.144
Juremas	25.654	(196)	25.458
Lacenas	9.416	(155)	9.261
Macacos	33.607	(257)	33.350
Ninho da Águia	14.278	(310)	13.968
Paiol	28.555	(804)	27.751
Pedra Cheirosa I	25.594	-	25.594
Pedra Cheirosa II	23.036	-	23.036
Pedra Preta	33.612	(257)	33.355
Penedo	24.210	-	24.210
Plano Alto	71.995	(1.000)	70.995
Rosa dos Ventos	42.677	(610)	42.067
Salto Goes	33.864	(331)	33.533
Santa Clara I	4.834	(40)	4.794
Santa Clara II	4.834	(40)	4.794
Santa Clara III	4.834	(40)	4.794
Santa Clara IV	4.834	(40)	4.794
Santa Clara V	4.835	(40)	4.795
Santa Clara VI	4.834	(40)	4.794
Santa Cruz	850	-	850
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	15.707	(473)	15.234
SIIF Cinco	79.495	(996)	78.499
Tombo	17.493	-	17.493
Varginha	12.843	(296)	12.547
Várzea Alegre	10.702	(355)	10.347
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	<u>1.800.846</u>	<u>(20.519)</u>	<u>1.780.327</u>

Notas Explicativas

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de março de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Incorporações

- a) Em 15 de outubro de 2014, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da SPE Boa Vista 1 Energia S.A. (“Boa Vista 1”) pela sua acionista minoritária PCH Holding S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, a SPE Boa Vista 1 foi extinta, e o capital social da PCH Holding aumentou em R\$11, mediante a emissão de 10.767 novas ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia era a controladora da Boa Vista 1, as novas ações foram emitidas em nome da CPFL Renováveis em substituição as ações que possuía no capital social da incorporada.
- b) Em 15 de outubro de 2014, os sócios, aprovaram por meio de Reunião de Sócios, a incorporação das SPEs: Bitupita I Energia S.A., Bitupita II Energia S.A. e Bitupita III Energia S.A. (“SPEs Bitupitas”) pela sua acionista majoritária SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, as SPEs Bitupitas foram extintas, não houve alteração no capital social da SIIF Desenvolvimento, nem tampouco alteração na sua estrutura acionária. Essa incorporação só foi registrada nos livros contábeis após o cumprimento de todas as exigências da Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp e do registro da respectiva Ata de Reunião de Sócios, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2015.

Transferência de contratos societários

- Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto, realizadas pelo valor de livros.

Em 28 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a SIIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIIF Énergies”) efetuaram aumento de capital na SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos montantes de R\$1.169 e R\$469, respectivamente, utilizando o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Com esse aumento, a CPFL Renováveis, antes detentora de 99,99% do capital social da SIIF Desenvolvimento, passou a ter 86,93% do capital social e a SIIF Énergies passou a ter a participação de 13,07%. Após essa operação, a SIIF Énergies, efetuou um novo aumento de capital na SIIF Desenvolvimento, no montante de R\$30.533, referente aos saldos em aberto de mútuo a receber e compartilhamento de despesas a receber. Com esse aumento a SIIF Énergies passou a ser controladora da SIIF Desenvolvimento, detendo a participação de 90,84% do capital social e a CPFL Renováveis passou a deter a participação de 9,16% do capital social da SIIF Desenvolvimento. Considerando que a CPFL Renováveis é controladora da SIIF Énergies, com participação de 99,99% do capital social, a mesma passou a ser controladora indireta da SIIF Desenvolvimento.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a)

	Controladora	
	Ativo	
	31/03/2015	31/12/2014
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica II	87	87
Atlântica IV	1.875	1.875
Atlântica V	4.918	4.918
Bio Alvorada	2.861	-
Bio Coopcana	15.650	6.664
Boa Vista 2	14.160	25
Campos dos Ventos I	28	28
Campos dos Ventos III	2.933	86
Campos dos Ventos IV	11	-
CPFL Bioenergia	1.602	50
Dobrevê Energia	24.004	-
Eólica Holding	833	25
Navegantes	61	45
PCH Holding 2	3.032	3.019
São Domingos	3.086	338
São Martinho	385	385
T-15	78.240	103.209
SIIF Desenvolvimento	995	995
	<u>156.302</u>	<u>123.290</u>

(a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 30 de setembro de 2015.

Dividendos a receber

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora	
	Ativo	
	31/03/2015	31/12/2014
Alto Irani	22.388	22.388
Bio Formosa	3.793	3.793
Campos dos Ventos IV	103	103
Campos dos Ventos V	268	268
Eurus V	97	97
Lacenas	15.675	15.675
Plano Alto	25.600	18.963
Salto Góes	2.325	2.325
SIIF Energies	1.847	1.847
T-15	33.602	33.602
	<u>105.698</u>	<u>99.061</u>

12. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878	14.165
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878	16.086
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-	(1.921)
Adições	-	-	-	-	-	432	432
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(128)	(111)	(14)	(24)	-	(277)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2015	3.813	2.315	5.360	274	1.248	1.310	14.320
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	1.310	16.518
Depreciação acumulada	-	(591)	(1.207)	(133)	(267)	-	(2.198)
Taxa média de depreciação - %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2014	123.596	742.419	704.501	4.646.409	611	4.065	262.225	6.483.826
Custo histórico	132.798	983.370	842.441	5.502.596	1.171	6.715	262.225	7.731.316
Depreciação acumulada	(9.202)	(240.951)	(137.940)	(856.187)	(560)	(2.650)	-	(1.247.490)
Adições	-	-	-	-	-	-	145.120	145.120
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	464	-	1.431	5.953	-	(184)	(7.664)	-
Transferências unitização (**)	(100)	(32.424)	29.382	(496)	10	(106)	3.734	-
Transferências - Outros Ativos (*)	-	-	-	5.418	-	-	-	5.418
Depreciação	(1.394)	(9.760)	(10.222)	(62.540)	(37)	(106)	-	(84.059)
Saldo em 31/03/2015	122.566	700.235	725.092	4.594.744	584	3.669	403.415	6.550.305
Custo histórico	133.162	950.946	873.254	5.513.471	1.181	6.425	403.415	7.881.854
Depreciação acumulada	(10.596)	(250.711)	(148.162)	(918.727)	(597)	(2.756)	-	(1.331.549)
TAXA MÉDIA DEPRECIÇÃO	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

(*) O valor de R\$ 5.418 é referente transferência do imobilizado para intangível.

(**) Transferências em decorrência de unitizações efetuadas nas empresas adquiridas da DESA.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Imobilizado em curso	Saldo Líquido		Data prevista
	31/03/2015	31/12/2014	de entrada em operação (**)
Açueroaca	13.997	13.753	(*)
Alto Irani	351	261	Em operação
Arvoredo	387	387	Em operação
Baixa Verde	142	142	(*)
Bio Buriú	3.777	3.777	Em operação
Bio Formosa	4.423	4.570	Em operação
Bio Pedra	1.435	1.435	Em operação
Bioenergia	2.094	1.795	Em operação
Barra da Paciência	245	-	Em operação
Boa Vista II	1.606	1.606	(*)
Cachoeira Grande	6.513	6.513	(*)
Cajueiro	115	115	(*)
Campos dos Ventos I	11.725	6.435	IT16
Campos dos Ventos II	4.106	524	Em operação
Campos dos Ventos III	17.361	7.473	IT16
Campos dos Ventos V	11.422	6.197	IT16
Cherobim	-	1.747	(*)
Chimay	2.520	2.411	Em operação
Costas das Dunas	331	331	(*)
CPFL Renováveis	1.310	878	Em operação
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Figueirópolis	3.464	-	Em operação
Gameleira	551	551	(*)
Jayaditya	333	253	Em operação
Lacenas	372	86	Em operação
Mata Velha	90.624	77.635	IT16
Mohini	688	627	Em operação
Morro dos Ventos I	4.952	4.189	Em operação
Morro dos Ventos II	107.476	51.222	IT16
Morro dos Ventos III	1.651	-	Em operação
Morro dos Ventos IV	1.277	-	Em operação
Morro dos Ventos IX	1.299	-	Em operação
Morro dos Ventos VI	1.570	-	Em operação
Penedo	985	985	(*)
Pedra Cheirosa I	4.913	4.668	IT18
Pedra Cheirosa II	4.109	4.109	IT18
Rosa dos Ventos	476	349	Em operação
Salto Goes	413	363	Em operação
Santa Clara I	851	734	Em operação
Santa Cruz	5.699	5.699	(*)
Santa Mônica	12.129	6.093	3T16
Santa Ursula	11.129	5.560	3T16
Santo Dimas	12.082	6.079	3T16
São Benedito	12.041	5.960	3T16
São Domingos	16.642	6.757	3T16
São Martinho	9.114	4.991	3T16
Sul Centrais	1.806	1.783	Em operação
Tombo	933	933	(*)
Varginha	242	227	Em operação
Outros projetos	11.467	11.755	
Total	403.415	262.225	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informações não revisadas pelos auditores independentes

- (a) Do montante de R\$403.415 referente a imobilizado em curso, R\$40.042 referem-se, basicamente, a melhorias nos ativos em operação, visando a otimização da geração de energia.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No período de três meses findo em 31 março de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$84.059 (consolidado), sendo que R\$83.440 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$619 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 31 de março de 2015, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$3.975.050, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº15).

Início de operação

a) Campo dos Ventos II

A ANEEL publicou, em 3 de outubro de 2013, o Despacho nº 3.333, que considera o Parque Eólico Campo dos Ventos II com 30 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2010, apto para entrada em operação a partir do dia 27 de setembro de 2013.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3333 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio. Assim sendo, e conforme o Despacho, a Campo dos Ventos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.706/14, entrou em operação comercial 30 MW, a partir de 5 de dezembro de 2014, correspondente ao parque eólico Campo dos Ventos II, quando a energia produzida por essa usina passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

b) Complexo Eólico Atlânticas

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 681/14, em 22 de março de 2014, entrou em operação comercial o Parque Eólico Atlântica IV S.A., que completa o último parque do Complexo Eólico Atlânticas em operação comercial.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

O Complexo Eólico Atlântica é composto pelas companhias Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A., e Atlântica V Parque Eólico S.A., localizado no município de Palmares do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, possui capacidade instalada de 120 MW. Desde novembro de 2013 até abril de 2014 as companhias do Complexo Eólico Atlântica entraram em operação gradualmente.

c) Complexo Santa Clara

Em 1º de julho de 2012, os empreendimentos integrantes do Complexo Santa Clara receberam a certificação de que se encontrava em condições de entrar em operação comercial a partir de 1 de julho de 2012, sendo vendedores no 2º Leilão para contratação de Energia de Reserva, realizado em 2009, conforme o Edital de Leilão nº 003/2 009-ANEEL.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.117, em 26 de junho de 2012, para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio, o qual foi ratificado em 1º de outubro de 2012. De acordo com esse Despacho, a Santa Clara fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas. Os empreendimentos do Complexo Santa Clara passaram a ter suas receitas reconhecidas a partir de julho de 2012.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 792/14 e nº 899/14, entraram em operação comercial 118 MW, a partir de 29 de março de 2014 e 70 MW, a partir de 3 de abril de 2014, respectivamente, os parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus IV ("Complexo Santa Clara"), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

d) Complexo Macacos

Conforme Despacho nº 3.796/13, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 12 de novembro de 2013, estabeleceu-se a data de 1º de abril de 2014 para início da operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Juremas, Macacos, Pedra Preta e Costa Branca (Complexo Macacos) e alterou-se, de 1º de novembro de 2013 para 1º de abril de 2014, o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados às usinas mencionadas, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

O Despacho nº 1.642/14, emitido pela ANEEL, em 3 de junho de 2014, postergou o início da entrada em operação e do período de suprimento dos CCEARs atrelados ao Complexo Macacos, de 1º de abril de 2014 para 1º de maio de 2014.

Mediante liberação concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seus Despachos nº 1.550/14, nº 1.614/14, nº 1.895/14 e nº 1.896/14, emitidos em 16 e 22 de maio de 2014 e 18 de junho de 2014, respectivamente, estão aptos a entrada em operação comercial todas as unidades geradoras do Complexo Macacos, a partir de 1º de maio de 2014.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo Macacos fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 4.656/14, nº 4.706/14 e nº 4.766/14, entraram em operação comercial 41,4 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, 16,1 MW, a partir de 4 de dezembro de 2014 e 20,7 MW, a partir de 11 de dezembro de 2014, respectivamente, os parques eólicos Costa Branca, Pedra Preta, Juremas e Macacos (“Complexo Macacos I”), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

e) Complexo DESA Eurus

Conforme Despachos nº 1.817/13 e nº 1.818/13, emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 13 de junho de 2014, estabeleceu-se a data de 1º de janeiro de 2014 para início da operação comercial da EOL Eurus I e EOL Eurus III (“Complexo DESA Eurus”), localizadas no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa DESA Eurus I S.A. e DESA Eurus III S.A.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estavam impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Entretanto, o Complexo DESA Eurus fez jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficaram mantidas.

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.656/14, entraram em operação comercial 60 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, os parques eólicos Eurus I e Eurus III, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>Outros ativos</u> <u>intangíveis</u>
Saldo em 31/12/2014	7.947
Custo histórico	13.213
Amortização acumulada	(5.266)
Adições	1.578
Baixas	-
Amortização	(540)
Saldo em 31/03/2015	<u>8.985</u>
Custo histórico	14.791
Amortização acumulada	(5.806)
Taxa média anual de amortização - %	20

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Adquirido em</u> <u>combinações de</u> <u>negócios</u>	<u>Outros ativos</u> <u>intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2014	3.578.326	48.158	3.626.484
Custo histórico	3.993.309	65.562	4.058.871
Amortização acumulada	(414.983)	(17.404)	(432.387)
Adições	-	1.534	1.534
Baixas	-	-	-
Transferências	-	(349)	(349)
Transferências - Imobilizado	-	(5.418)	(5.418)
Amortização	(43.379)	(837)	(44.216)
Baixa da Depreciação	-	-	-
Transferência - Amortização	-	349	349
Saldo em 31/03/2015	<u>3.534.947</u>	<u>43.437</u>	<u>3.578.384</u>
Custo histórico	3.993.309	61.329	4.054.638
Amortização acumulada	(458.362)	(17.892)	(476.254)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(*) O valor de R\$ 5.418 é referente transferência entre intangível e imobilizado

A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Saldo em 31/03/2015
Aiuuoca	52.230	-	52.230
Alto Irani	138.878	(2.036)	136.842
Arvoredo	30.057	(813)	29.244
Atlântica I	456	(4)	452
Atlântica II	456	(4)	452
Atlântica IV	457	(4)	453
Atlântica V	456	(4)	452
Baixa Verde	7.759	-	7.759
Barra da Paciência	53.183	(226)	52.957
Boa Vista 2	74.049	-	74.049
Bons Ventos	665.660	(9.095)	656.565
Cachoeira Grande	2.653	-	2.653
Cajueiro	10.699	-	10.699
Campos dos Ventos I	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos II	5.348	(43)	5.305
Campos dos Ventos III	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos IV	2.812	-	2.812
Campos dos Ventos V	2.812	-	2.812
Cocais Grande	23.126	(581)	22.545
Corrente Grande	32.370	(130)	32.240
Costa Branca	50.082	(361)	49.721
Costas das Dunas	5.108	-	5.108
Dobrevê Energia	777.444	(8.778)	768.666
Eólica Formosa	196.481	(6.286)	190.195
Eólica Icarazinho	301.210	(3.269)	297.941
Eólica Paracuru	199.370	(1.509)	197.861
Eurus V	3.225	-	3.225
Eurus VI	795	(10)	785
Farol de Touros	4.336	-	4.336
Figueira Branca	2.436	-	2.436
Gamela	3.248	-	3.248
Juremas	41.244	(298)	40.946
Lacenas	14.838	(236)	14.602
Macacos	54.030	(390)	53.640
Ninho da Água	23.125	(488)	22.637
Paio	46.240	(1.266)	44.974
PCH Holding 2	79.721	(703)	79.018
Pedra Cheirosa I	40.147	-	40.147
Pedra Cheirosa II	36.133	-	36.133
Pedra Preta	54.039	(389)	53.650
Penedo	36.682	-	36.682
Plano Alto	106.818	(1.515)	105.303
Rosa dos Ventos	64.662	(924)	63.738
Salto Goes	51.605	(501)	51.104
Santa Clara I	4.834	(40)	4.794
Santa Clara II	4.834	(40)	4.794
Santa Clara III	4.834	(40)	4.794
Santa Clara IV	4.834	(40)	4.794
Santa Clara V	4.836	(40)	4.796
Santa Clara VI	4.834	(40)	4.794
Santa Cruz	1.288	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	25.438	(744)	24.694
Siif Cinco	120.040	(1.509)	118.531
Siif Desenvolvimento	76.280	-	76.280
Tombo	26.505	-	26.505
Varginha	20.810	(465)	20.345
Várzea Alegre	17.357	(558)	16.799
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Direito de autorização	3.578.326	(43.379)	3.534.947

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$43.379 (R\$32.545 em 2014), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$837 (consolidado), sendo que R\$297 (consolidado) classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$540 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de março de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	15.840	17.639	20.277	30.451
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	802	3.272
Materiais e serviços	4.233	7.232	84.509	72.459
Total	20.073	24.871	105.588	106.182
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	633	633
Total	-	-	633	633

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora									
	31/03/2015					31/12/2014				
	Encargos circulante	Principal		Total	Total	Encargos circulante	Principal		Total	Total
	Circulante	Total circulante	Não circulante				Circulante	Total circulante		
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Investimento	2.353	78.167	80.520	768.550	849.070	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674
Total	2.353	78.167	80.520	768.550	849.070	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674

Controladora							
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2015
868.674	-	14.285	-	5	(19.542)	(14.352)	849.070

	Consolidado									
	31/03/2015					31/12/2014				
	Encargos circulante	Principal		Total	Total	Encargos circulante	Principal		Total	Total
	Circulante	Total circulante	Não circulante				Circulante	Total circulante		
Mensuradas ao custo										
BNDES - Investimento	8.996	328.250	337.246	2.755.229	3.092.475	9.165	277.304	286.469	2.873.621	3.160.090
Instituições financeiras	14.872	113.813	128.685	675.487	804.172	4.204	63.617	67.821	682.065	749.886
Total	23.868	442.063	465.931	3.430.716	3.896.647	13.369	340.921	354.290	3.555.686	3.909.976

Consolidado							
Saldo em 31/12/2014	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2015
3.909.976	50.013	75.064	-	422	(76.791)	(62.037)	3.896.647

Notas Explicativas CPFL Renováveis S.A. e Controladas

Mensuradas ao custo	Consolidado			Condições de Amortização	Principais garantias
	31/03/2015	31/12/2014	Remuneração anual		
Moeda nacional					
BND/ES/BNB/FINEP/NIB - Investimento					
FINEM I	313.139	321.088	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	27.756	28.605	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III (*)	556.028	565.890	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	98.869	101.723	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	83.035	83.741	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	169.458	174.388	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	37.726	39.581	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	737	811	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária.Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI (*)	123.807	126.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	351.853	357.620	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	310.653	315.596	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de Ações da SPE, Penhor de Máquinas e Equipamentos do projeto, Cessão Fiduciária.
FINEM XIV	17.668	19.707	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação.
FINEM XV	34.318	35.392	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVI	10.060	10.581	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVII	516.371	525.540	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013.	Penhor das ações da Interveniente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da Interveniente Desa Eólica.
FINEM XVIII	22.017	23.200	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos Cessão fiduciária dos recebíveis Fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	32.903	33.459	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XX	57.641	59.504	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXI	44.848	45.607	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXII	50.707	52.346	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXIII	2.582	2.717	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de Ações / Conta Reserva / Cessão de Receitas
FINEM XXIV (*)	156.714	163.476	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME IV	3.679	3.773	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015.	Alienação Fiduciária e Aval da CPFL Renováveis
FINEP I (*)	2.260	2.383	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II (*)	10.262	10.255	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	6.945	6.945	TJLP + 3%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
Ponte BND/ES II	-	-	TJLP + 3,02 %	Parcela única em Setembro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BND/ES III	-	-	TJLP + 3,02 %	Parcela única em Setembro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BND/ES IV	50.441	49.492	TJLP + 2,40 %	Parcela única em Janeiro de 2016	Fiança Bancária
Instituições Financeiras:	-	-			
BNB	115.345	117.516	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciária, ação da controlada e garantia da SIIF Energy.
BNB	167.657	169.300	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
BNB II	32.160	32.591	Pré fixado de 9,5% a.a. e bonus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
Banco do Brasil	35.308	36.739	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
NIB	72.784	73.677	IGPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco Safra	-	-	CDI+ 0,4% a.a.	Parcelas anuais até dezembro de 2014	Não existem garantias
HSBC	329.665	320.063	CDI + 0,5% a.a.	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Votorantim - Nota Promissória	51.252	-	CDI + 0,7% a.a	Parcela única em Julho de 2015	Não existem garantias
	<u>3.896.647</u>	<u>3.909.976</u>			

(*) Empréstimos registrados na controladora.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Principais movimentações no período:

Moeda nacionalInvestimento:

FINEM XVII - No período de três meses findo em 31 de março de 2015, a controlada Morro dos Ventos III liberou R\$13 do seu financiamento com o BNDES referente ao subcrédito social (“D”). O custo do referido subcrédito é de TJLP e o saldo a liberar no final do período mencionado é de R\$420.

Instituições financeiras:

Votorantim (Notas Promissórias) - No período de três meses findo em 31 de março de 2015, a controlada Mata Velha captou com o Banco Votorantim R\$50.000 na modalidade Notas Promissórias. A operação incide custo de CDI + 0,70% a.a. com vencimento em julho de 2015. Não há cláusulas financeiras restritivas para essa operação.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	58.625	2016	272.339
2017	79.019	2017	349.362
2018	79.627	2018	360.128
2019	79.545	2019	372.543
2020	79.135	2020	374.989
2021 a 2025	260.847	2021 a 2025	1.149.707
2026 a 2030	131.752	2026 a 2030	551.648
Total	768.550	Total	3.430.716

Condições Restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no período de três meses findo em 31 de março de 2015 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%, durante o período de amortização.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e ControladasFINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) igual ou superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

FINEM VII e FINEM X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3 após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante o período de amortização.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida maior ou igual a 1,20 durante o período de amortização. Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas. A primeira apuração deverá ocorrer até setembro de 2015.

FINEM XX e FINEM XIX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

FINEM XXIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes durante o período de amortização.
- Manutenção da razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30% durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de março de 2015.

16. DEBÊNTURES

Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Controladora									
				31/03/15				31/12/14					
				Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	19.856	21.500	41.356	405.445	446.801	5.795	21.500	27.295	406.385	433.680
114% do CDI	115,43% do CDI	Principal anual a ser pago a partir de março de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografária	161	-	161	300.000	300.161	9.603	-	9.603	298.883	308.486
CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirografária	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirografária	15.286	132.000	147.286	-	147.286	10.582	132.000	142.582	-	142.582
				<u>35.303</u>	<u>153.500</u>	<u>188.803</u>	<u>705.445</u>	<u>894.248</u>	<u>28.964</u>	<u>183.500</u>	<u>312.464</u>	<u>705.268</u>	<u>917.732</u>

Controladora							
Saldo 31/12/2014	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	Saldo 31/03/2015
<u>917.732</u>	<u>-</u>	<u>29.530</u>	<u>-</u>	<u>175</u>	<u>(30.000)</u>	<u>(23.189)</u>	<u>894.248</u>

Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Consolidado										
					31/03/15				31/12/14						
					Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	
1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,60%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária	2.105	37.134	39.239	470.522	509.761	798	36.641	37.439	463.749	501.188
Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	19.856	21.500	41.356	405.445	446.801	5.795	21.500	27.295	406.385	433.680
Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis	64.913	8.701	73.614	148.246	221.860	57.991	8.701	66.692	148.164	214.856
Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografária	162	-	162	300.000	300.162	9.603	-	9.603	298.883	308.486
Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirografária	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirografária	15.286	132.000	147.286	-	147.286	10.581	132.000	142.581	-	142.581
Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografária	1.873	-	1.873	35.000	36.873	716	-	716	35.000	35.716
Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografária	8.251	-	8.251	64.098	72.349	6.022	-	6.022	64.045	70.067
						<u>112.446</u>	<u>199.335</u>	<u>311.781</u>	<u>1.423.311</u>	<u>1.735.092</u>	<u>94.490</u>	<u>228.842</u>	<u>323.332</u>	<u>1.416.226</u>	<u>1.739.558</u>

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

							Consolidado	
Saldo			Custo de	Amortização do			Saldo	
31/12/2014	Emissões	Juros	emissão	custo de emissão	Amortização	Pgto juros	31/03/2015	
1.739.558	-	48.058	-	665	(30.000)	(23.189)	1.735.092	

Principais movimentações no períodoMoeda nacional

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, houve a liquidação total da 1ª Emissão de Debêntures da WF2 (incorporada pela CPFL Renováveis) de forma que no final do período não há saldo remanescente a liquidar.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2016	43.000	2016	106.335
2017	73.000	2017	136.335
2018	124.500	2018	213.664
2019	124.500	2019	207.984
2020	124.500	2020	186.313
2021 a 2025	215.945	2021 a 2025	478.706
2026 a 2030	-	2026 a 2030	93.974
Total	705.445	Total	1.423.311

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no período de três meses findo em 31 de março de 2015 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,5 para 2014, 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão - Dobrevê Energia S.A.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de março de 2015.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Os saldos em 31 de março de 2015, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Campo dos Ventos I (a)	729	717	729	717
Campo dos Ventos IV (a)	729	717	729	717
Campo dos Ventos V (a)	729	717	729	717
São Benedito (a)	727	704	727	704
São Domingos (a)	726	703	726	703
Santa Ursula (a)	726	703	726	703
Santa Mônica (a)	726	703	726	703
Ventos de São Martinhos (a)	726	703	726	703
Ventos de Santo Dimas (a)	726	703	726	703
Navegantes (b)	1.578	1.551	1.578	1.551
Cajueiro (b)	1.577	1.552	1.577	1.552
Baixa Verde (b)	1.577	1.552	1.577	1.552
Renascer Centrais (c)	-	-	3.350	3.350
PCH Mata Velha (d)	-	-	1.281	1.281
Aquisição de não controladores (e)	58.874	71.490	58.874	71.490
Total	70.150	82.515	74.781	87.146
Circulante	70.150	66.363	74.781	70.994
Não Circulante	-	16.152	-	16.152
Total	70.150	82.515	74.781	87.146

- (a) Inclui R\$6.544 referentes à compra dos projetos de geração eólica, localizados nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e o valor é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- (b) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.732, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (c) Inclui R\$3.350 pela aquisição dessa SPE, saldo este oriundo da associação com a DESA, que será pago quando forem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina.
- (d) Também inclui R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à essa PCH, saldo este oriundo da associação com a DESA. Esse montante será pago quando a PCH entrar em operação.
- (e) O montante de R\$58.874 é advindo da incorporação da WF2 (nota explicativa nº 1.1), em 1º de outubro de 2014. Em 31 de janeiro de 2014, foi firmado um contrato de venda e compra de ações e outras avenças entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., a saber: AKKA Fundo de Investimento em Participações, URBIS Fundo de Investimento em Participações e PYXIS Fundo de Investimento em Participações, detentores de 21,14% do capital votante e total da Dobrevê Energia S.A.

Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade das ações (21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.) ao preço, nos termos e sujeito às condições estabelecidas neste contrato, corresponde ao valor total de R\$203.000.

O valor remanescente de R\$58.874, em aberto em 31 de março de 2015, será liquidado em quatro parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorrerá em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculado “pro rata die”.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no consolidado, referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativo ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
CCEAR*	60.546	30.803
CER**	23.495	26.590
Mercado Livre	-	3.719
Proinfa	41.264	30.395
Aluguel de linha de transmissão (***)	6.415	6.633
Total	131.720	98.140
Passivo circulante	108.082	74.297
Passivo não circulante	23.638	23.843
	131.720	98.140

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

*** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 31 de março de 2015, o saldo de contas de adiantamento de clientes, consolidado, inclui valores dos seguintes agentes: (i) R\$23.495 (18% do total) pela Câmara de Comercialização Energia - CER; (ii) R\$41.264 (31% do total) pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - PROINFA; (iii) R\$6.416 (5% do total) por aluguel de linha de transmissão; e (iv) R\$60.545 (46% total) por grandes distribuidores.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDADO

Consolidado			
Saldo em 31/12/2014	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2015
56.754	(99)	1.259	57.914

19.1. Provisões para custos socioambientais

Em 31 de março de 2015, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$7.343 (R\$6.816 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante e R\$6.532 (R\$6.909 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

Em 31 de março de 2015, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$44.039 (R\$43.029 em 31 de dezembro de 2014) registrada no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

		Controladora					
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2015
Trabalhista	584	13	(49)	(37)	4	-	515
Cíveis	2.458	6.552	-	-	85	-	9.095
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	<u>3.077</u>	<u>6.565</u>	<u>(49)</u>	<u>(37)</u>	<u>89</u>	<u>-</u>	<u>9.645</u>
Depósitos judiciais	<u>(213)</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(230)</u>
		Consolidado					
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2015
Trabalhista	1.916	26	(77)	(37)	44	-	1.872
Cíveis	2.706	6.560	-	-	92	-	9.358
Outros passivos contingentes	28.986	-	-	-	-	-	28.986
Total	<u>33.608</u>	<u>6.586</u>	<u>(77)</u>	<u>(37)</u>	<u>136</u>	<u>-</u>	<u>40.216</u>
Depósitos judiciais	<u>(8.006)</u>	<u>-</u>	<u>3.301</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>-</u>	<u>(4.776)</u>

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$13.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$13.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$14.257, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de março de 2015, as controladas eram parte passiva em 44 ações judiciais cíveis (38 ações em 31 de dezembro de 2014) e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante estimado de R\$160.154 e para o qual, portanto, não foi constituída provisão. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, pleiteando a indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais, com valor de causa atualizado no montante de R\$150.000, com prognóstico de perda classificado como possível, ação de cobrança referente a contrato prestação de serviços celebrado entre empresa contratada pela Companhia e terceiros, com valor de causa atualizado em R\$1.000, com prognóstico de perda classificado como possível, revisão de contrato de arrendamento, discussão quanto à validade de licenças ambientais concedidas e procedimentos necessários para obtenção das mesmas, bem como uma ação civil pública, com valor de causa atualizado no montante de R\$1.000, cujo escopo é a discussão acerca da validade da licença de operação concedida à controlada da Companhia.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Trabalhistas

Em 31 de março de 2015, as controladas eram parte passiva em 57 ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas (79 ações e procedimentos em 31 de dezembro de 2014) com valor da causa atualizado neste montante estimado de R\$5.003, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de março de 2015, as controladas eram parte em 34 ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária (23 ações e procedimentos em 31 de dezembro de 2014), tendo como valor da causa atualizado no montante estimado de R\$147.178, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil. As ações tributárias em andamento versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Outros

Em 31 de março de 2015, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$12.642 (valor original), sendo R\$11.631 referente as empresas do grupo CPFL Renováveis e R\$1.011 referente as empresas de DESA, que passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de outubro de 2014. Os assessores jurídicos externos da Companhia qualificaram o risco de êxito dessa ação como possível. Nenhum passivo foi constituído em relação a esse tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2015, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$3.390.444. (R\$3.390.444 em 31 de dezembro de 2014), representado por 503.308.389 (503.308.389 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$551, mediante a emissão de 61.304 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelos respectivos subscritores, de notas promissórias em favor da Companhia.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$355, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2014, com eficácia a partir de 1º de outubro de 2014, foi aprovada, em razão da incorporação pela Companhia da WF2 Holding S.A., o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 ações, ao preço de emissão de R\$8,41 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos administradores da WF2 Holding S.A., por conta de seu único acionista, mediante a versão do seu patrimônio líquido à Companhia, bem como a criação de uma reserva de capital no valor de R\$37.435. Adicionalmente, foi registrado, na conta de reserva de capital o montante de R\$314.394 (líquido) referente ao valor justo apurado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$217, mediante a emissão de 25.729 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

b) Composição acionária:

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/03/2015		31/12/2014	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61%	259.748.799	51,61%
Secor LLC	24.255.307	4,82%	24.255.307	4,82%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,19%	21.064.242	4,19%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74%	3.699.532	0,74%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25%	31.439.288	6,25%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,29%	6.499.722	1,29%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60%	13.104.207	2,60%
Previ	31.974.420	6,35%	31.974.420	6,35%
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64%	8.230.323	1,64%
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.752.782	12,27%	61.752.782	12,27%
Outros	41.539.767	8,24%	41.539.767	8,24%
	<u>503.308.389</u>	<u>100%</u>	<u>503.308.389</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em 1º de outubro de 2014, foi concluída a associação entre a CPFL Renováveis e a DESA (vide nota explicativa nº 1.1.). O FIP Arrow (único acionista da WF2), efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis e se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%. O aumento de capital ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; e (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829.

c) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$878.903 em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinação de negócios ocorridos em 2011 e 2014.

	<u>Ágio na emissão</u> <u>de ações</u>	<u>CPC 15</u> <u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012 (a)	-	528.988	528.988
Oferta pública de ações (b)	96.744	-	96.744
Compensação de prejuízos (d)	(21.143)	-	(21.143)
Saldo em 31.12.2013	<u>75.601</u>	<u>528.988</u>	<u>604.589</u>
Associação DESA: (c)			
(i) Constituição da reserva	37.435	-	37.435
(ii) Valor justo	-	349.915	349.915
(iii) Variações patrimoniais de incorporação	(35.521)	-	(35.521)
Compensação de prejuízos (d)	(77.515)	-	(77.515)
Saldo em 31.12.2014	<u>-</u>	<u>878.903</u>	<u>878.903</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>-</u>	<u>878.903</u>	<u>878.903</u>

- (a) Refere-se a contrapartida do valor justo alocado na conta de ativo intangível - direito de exploração/autorização decorrente da combinação de negócios - aquisição reversa, ocorrida em agosto de 2011.
- (b) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial por ação apurado na operação de Oferta Pública de ações ocorrida em julho de 2013, incluindo as ações suplementares em agosto de 2013, líquidos dos gastos na emissão de ações.
- (c) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial da ação da CPFL Renováveis decorrente da associação com a DESA, realizada em outubro de 2014.
- (d) Refere-se a absorção de prejuízos do exercício. Em 2013 foi absorvido R\$21.143 e em 2014, como proposta da Administração, o montante de R\$77.515.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de março de 2015 a Companhia não possui saldo de reserva legal.

e) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
A. Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(64.430)	(54.307)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.308.389	441.446.808
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,13)</u>	<u>(0,12)</u>
B. Prejuízo diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(64.430)	(54.307)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(5.489)	(5.986)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	<u>(69.919)</u>	<u>(60.293)</u>
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>503.308.389</u>	<u>441.446.808</u>
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,14)</u>	<u>(0,14)</u>

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração os aumentos de capital ocorridos em 28 de fevereiro de 2014, 26 de junho de 2014, 1º e 30 de outubro de 2014.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados antidilutivos em 31 de março de 2015 e de 2014. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

g) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de março de 2015 é de R\$46.598.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

h) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de março de 2015 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita de venda de energia	53.864	22.829	385.322	308.226
Outras receitas	-	-	4.670	243
Receita bruta	53.864	22.829	389.992	308.469
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(4.983)	(2.112)	(23.415)	(18.978)
ICMS	-	-	(1.067)	-
Encargos regulatórios	-	-	(1.095)	(583)
Receita operacional líquida	48.881	20.717	364.415	288.908

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
CCEAR*	-	-	65.825	51.105
CER**	-	-	56.310	34.538
Mercado livre	53.864	22.829	156.714	122.324
Proinfa	-	-	106.473	100.259
Total	53.864	22.829	385.322	308.226

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

As receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais das receitas totais da Companhia, são como segue: Eletrobras - R\$106.473 (28%) e Grupo CPFL R\$73.799 (19%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 31 de março de 2015 têm as seguintes características:

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	217,41	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	5,9	214,32	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	208,69	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	199,88	IPCA	**
Atlântica I	CCEAR	13,1	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica II	CCEAR	12,9	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica IV	CCEAR	13,0	174,69	IPCA	Novembro
Atlântica V	CCEAR	13,7	174,69	IPCA	Novembro
Baía Formosa	CCEAR	11,0	217,87	IPCA	**
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	212,93	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Buriú	Mercado Livre	21,0	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	11,9	203,66	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	207,20	IPCA	**
Bio Ester	Mercado Livre	4,2	133,59	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	180,65	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,9	383,77	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	214,32	IPCA	Janeiro
Campos dos Ventos II	CER	14,0	160,99	IPCA	Setembro
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	337,79	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	Proinfa	3,3	385,34	IGPM	Março
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	214,32	IPCA	Janeiro
Chibarro	Mercado Livre	1,7	214,32	IPCA	Janeiro
Cocais Grande	Proinfa	5,0	217,41	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	212,93	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	168,77	IPCA	Novembro
Diamante	Mercado Livre	1,6	193,81	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	214,32	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	214,32	IPCA	Janeiro
Enacel	Proinfa	10,0	379,34	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	214,32	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	14,5	158,50	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	15,0	158,49	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	3,0	196,76	IPCA	Julho
Figueirópolis	Proinfa	12,5	220,67	IGPM	Março
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	374,55	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	214,32	IPCA	Janeiro
Guaporé	Mercado Livre	0,6	214,32	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	21,5	344,79	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	214,32	IPCA	Janeiro
Juremas	CCEAR	7,5	175,99	IPCA	Novembro
Lagoa do Mato - RV	Proinfa	1,4	339,77	IGPM	Março
Lençóis	Mercado Livre	1,0	214,32	IPCA	Janeiro
Ludesa	Mercado Livre	3,8	211,99	IGPM	***
Ludesa	Proinfa	16,7	217,41	IGPM	Julho
Macacos	CCEAR	9,7	175,99	IPCA	Novembro
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	181,23	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	13,0	198,13	IPCA	Julho
Morro dos Ventos III	CER	13,0	198,09	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	13,0	198,10	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	14,0	198,11	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	13,0	198,14	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,2	212,93	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	9,3	146,74	IGPM	***
PaioI	Mercado Livre	10,9	212,90	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	339,77	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	168,77	IPCA	Novembro
Pinhal	Mercado Livre	3,7	214,32	IPCA	Janeiro
Pirapó	Mercado Livre	0,6	208,69	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,0	217,41	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	376,84	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	374,55	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,7	373,55	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,1	385,34	IGPM	Março
Salinho	Mercado Livre	0,7	208,69	IGPM	Janeiro
Salo Góes	CCEAR	11,1	188,15	IPCA	**
Salo Grande	Mercado Livre	2,6	214,32	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	13,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	196,76	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	199,88	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	224,60	IPCA	Agosto
Santana	Mercado Livre	2,6	214,32	IPCA	Janeiro
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	212,93	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	5,1	214,32	IPCA	Janeiro
Socorro	Mercado Livre	0,3	214,32	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	194,65	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	349,74	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	214,32	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	199,88	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	212,93	IPCA	Janeiro
Total		<u>748,7</u>			

(*)Data de Referência 31/03/2015

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

(***) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas**23. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(49.714)	(20.062)	(102.010)	(115.151)
Encargos de uso do sistema	-	-	(19.802)	(11.847)
Custo de operação das usinas	-	-	(20.647)	(11.260)
Materiais	-	-	(3.939)	(1.290)
Custo de pessoal	-	-	(4.915)	(3.365)
Arrendamentos	-	-	(4.570)	(2.997)
Depreciação e amortização	-	-	(83.737)	(67.331)
Outros custos de operação	-	-	(1.520)	(1.329)
Total	(49.714)	(20.062)	(241.140)	(214.570)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(10.066)	(10.473)	(10.175)	(10.473)
Despesas de ocupação	(854)	(942)	(1.802)	(899)
Material	(154)	(186)	(186)	(209)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	34	-
Serviços profissionais	(4.719)	(3.112)	(8.426)	(7.638)
Provisões para risco trabalhista, tributarias e cíveis	(6.516)	(398)	(6.509)	(572)
Impostos e taxas	-	-	-	(587)
Outros	(595)	(233)	(287)	(53)
Total	(22.904)	(15.344)	(27.351)	(20.431)
Remuneração dos administradores	(2.097)	(1.965)	(2.097)	(1.965)
Depreciação e amortização	(817)	(694)	(1.159)	(694)
Amortização do direito de exploração	-	-	(43.379)	(32.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2)	(1)	(2)	-
Total	(25.820)	(18.004)	(73.988)	(55.635)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro trimestre de 2014 e de 2015, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o primeiro trimestre de 2014 (nota explicativa nº 12), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	2.240	5.010	27.300	17.264
Variações monetárias ativas	166	299	336	442
Ajuste a valor presente	-	-	-	1.398
Outras	91	1.095	1.973	387
Total	2.497	6.404	29.609	19.491
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(43.995)	(30.729)	(122.978)	(94.540)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	-	10.668
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(237)	(6)	(725)	(319)
Variações monetárias passivas	(89)	(47)	(1.388)	(52)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.259)	(920)
Juros sobre mútuo	(4.390)	(629)	-	-
IOF	(3.589)	(3)	(3.947)	(604)
Outras	(2.571)	(490)	(5.993)	(1.930)
Total	(54.871)	(31.904)	(136.290)	(87.697)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes**

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora			
	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2014
	IR	CS	IR	CS
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(64.430)	(64.430)	(54.307)	(54.307)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	16.108	5.799	13.577	4.888
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	8.864	3.191	915	329
Outras (adições) exclusões permanentes	(2.139)	(770)	(119)	(43)
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(22.833)	(8.220)	(14.373)	(5.174)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	-	-

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado			
	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2014
	IR	CS	IR	CS
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.394)	(57.394)	(49.503)	(49.503)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	14.349	5.165	12.376	4.455
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Outras (adições) exclusões permanentes	(2.256)	(812)	(7)	(2)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	3.087	-	2.284	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(22.781)	(8.145)	(19.212)	(6.847)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	1.401	504	915	330
Reversão do efeito da tributação - lucro real	8.874	2.996	5.614	2.021
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	(6.246)	(3.387)	(4.378)	(2.371)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	<u>(3.572)</u>	<u>(3.679)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(2.414)</u>
Impostos - corrente	(10.814)	(6.286)	(7.092)	(4.228)
Impostos - diferido	7.242	2.607	4.684	1.814
Impostos líquidos	<u>(3.572)</u>	<u>(3.679)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(2.414)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>6,2%</u>	<u>6,4%</u>	<u>4,9%</u>	<u>4,9%</u>

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Énergies e da Bons Ventos Participações S.A. (BVP), que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e a Bons Ventos Geradora de Energia S.A registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Énergies e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/03/2015			31/12/2014		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	25.356	70.432	95.788	25.725	71.458	97.183
Prejuízo Fiscal - Base negativa	6.791	2.444	9.235	2.911	8.089	11.000
Total ativo	<u>32.147</u>	<u>72.876</u>	<u>105.023</u>	<u>28.636</u>	<u>79.547</u>	<u>108.183</u>
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	6.354	17.650	24.004	6.477	17.992	24.469
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSa	88.978	247.161	336.139	89.885	249.679	339.564
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica, BVP, Rosa dos Ventos e Desa	221.872	616.312	838.184	224.868	624.634	849.502
RTT Depreciação fiscal x societária	11.911	33.087	44.998	11.329	31.470	42.799
Incorporação WF2*	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Total passivo	<u>332.693</u>	<u>924.150</u>	<u>1.256.843</u>	<u>336.137</u>	<u>933.715</u>	<u>1.269.852</u>
	<u>300.546</u>	<u>851.274</u>	<u>1.151.820</u>	<u>307.501</u>	<u>854.168</u>	<u>1.161.669</u>

(*) Vide nota explicativa nº 1.1

(*) Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e é refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado, na eventual, alienação do investimento.

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2015	11.778
2016	7.221
2017	5.579
2018	5.580
2019	5.580
2020 a 2024	27.899
2025 a 2029	27.899
2030 a 2034	<u>13.487</u>
Total	<u>105.023</u>

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Total do ativo	105.023	108.183
Total do passivo	<u>(1.256.843)</u>	<u>(1.269.852)</u>
	<u>(1.151.820)</u>	<u>(1.161.669)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	4.610	5.404
Passivo líquido	<u>(1.156.430)</u>	<u>(1.167.073)</u>
	<u>(1.151.820)</u>	<u>(1.161.669)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2014	1.688	3.716	5.404	308.931	858.142	1.167.073
Realização de impostos diferidos	<u>(210)</u>	<u>(584)</u>	<u>(794)</u>	<u>(2.817)</u>	<u>(7.826)</u>	<u>(10.643)</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>1.478</u>	<u>3.132</u>	<u>4.610</u>	<u>306.114</u>	<u>850.316</u>	<u>1.156.430</u>

25.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	Controladora	Consolidado
	R\$	R\$
Prejuízos fiscais apurados até 31 de março de 2015	<u>672.146</u>	<u>1.370.404</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de março de 2015	<u>672.146</u>	<u>1.370.404</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com conseqüente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Dividendos a receber (nota explicativa nº 11).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).
- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 18).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

		Consolidado	
		31/03/2015	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES/FINEP - Investimento	Nível 2	3.092.475	2.484.352
Instituições financeiras	Nível 2	804.172	703.703
Debêntures	Nível 2	1.735.092	1.296.090
Total		<u>5.631.739</u>	<u>4.484.145</u>

Notas Explicativas

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, nos montantes de R\$438 e R\$12.089, respectivamente, em 31 de março de 2015 (R\$436 e R\$4.888, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de março de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$99.880 (45% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfra); (ii) R\$65.234 (30% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$26.267 de CER e R\$38.967 de mercado livre); (iii) R\$26.490 (12% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador); e (iv) R\$29.461 (13% do total) por outras empresas.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de março de 2015 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31/03/2015 permaneçam estáveis (CDI em 12,60% a.a., TJLP em 5,5% a.a., IGPM em 3,1451% a.a. e TR em 0,23% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	97.188	11.859	14.824	17.789
Titulos e Valores Mobiliários	TR	437	1	1	2
Aplicação Fundos*	CDI	826.332	105.923	132.404	158.885
		923.957	117.783	147.229	176.675
Passivo Financeiro					
Empréstimos e Financiamentos BNDES, FINEP, FCO, FNE e FDNE	TJLP+1,90%	(3.311.159)	(244.943)	(290.471)	(336.000)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	(73.276)	(8.827)	(9.453)	(10.079)
Empréstimos e Financiam. e DEBÊNTURES	CDI+1,32%	(1.613.567)	(227.333)	(278.832)	(330.332)
Subtotal		(4.998.002)	(481.103)	(578.757)	(676.410)
Varição		(4.074.045)	(363.320)	(431.528)	(499.735)

(*) A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média na data base foi de 101,22% do DI

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Em 31 de março de 2015, o custo total de captação foi de R\$25.641.

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
31/03/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.159	22.855	101.931	264.692	245.709	619.787	1.266.133
Debêntures - principal e encargos	-	49.658	230.792	357.101	371.267	336.183	1.345.000
Total	11.159	72.513	332.723	621.793	616.976	955.970	2.611.133

Consolidado							
31/03/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	45.031	145.346	533.322	1.175.795	1.099.444	2.608.894	5.607.831
Debêntures - principal e encargos	8.558	144.852	269.570	536.664	632.539	817.242	2.409.426
Total	53.589	290.198	802.892	1.712.459	1.731.983	3.426.136	8.017.257

Em 31 de março de 2015, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$498.202 e R\$107.741, respectivamente, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014, para capital de giro. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber; antecipação de dividendos de 2015 pelas controladas e novas captações, que estão em fase de negociação.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco (valor total estimado do projeto) como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa, Usinas Eólicas e Solar).

É prática da Companhia a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/03/21015
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	4.952.091
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	113.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	602
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	82.072
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	143.544
Total		<u>5.291.309</u>

Sinistros

- Bio Alvorada

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação do gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, e o processo de danos materiais foi concluído em 2014, tendo sido autorizado o pagamento de indenização, no montante de R\$5.933.

Em 26 de dezembro de 2014, com base nos trabalhos da perícia e regulação do sinistro, a seguradora reconheceu que o total das perdas parciais apresentadas e apuradas até o momento, para a cobertura dos lucros cessantes da Bio Alvorada, é o montante de R\$3.000. Este valor foi registrado como receita de indenização no resultado de 2014 desta controlada e recebido em 29 de janeiro de 2015.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

Em 20 de fevereiro de 2015, a seguradora finalizou a apuração das perdas totais para a cobertura dos lucros cessantes do sinistro ocorrido na Bio Alvorada, apresentando um valor adicional a ser pago no montante de R\$4.326 (liquido de franquia). Esse valor foi registrado no resultado desta controlada em fevereiro de 2015 e recebido dentro do próprio mês.

- Bio Coopcana

Em maio de 2014, houve um sinistro na queima de bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana, durante a operação da usina. A usina está coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora CPFL Renováveis. A provável causa do sinistro está sendo apurada tanto pelo fornecedor quanto por perito contratado pela controladora CPFL Renováveis. Em 31 de dezembro de 2014, o gerador já tinha sido reparado pelo fornecedor.

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil pagamento previsto para o ano de 2015	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis (*)	1	-	-	-	879	IPCA
DESA Eurus	2	out-08	89	25 anos	230	IGP-M
DESA Eurus III	2	out-08	89	25 anos	230	IGP-M
DESA Morro dos Ventos	2	out-08	89	25 anos	261	IGP-M
DESA Morro dos Ventos III	2	out-08	89	25 anos	261	IGP-M
DESA Morro dos Ventos IV	2	out-08	89	25 anos	261	IGP-M
DESA Morro dos Ventos IX	2	out-08	89	25 anos	271	IGP-M
DESA Morro dos Ventos VI	2	out-08	89	25 anos	261	IGP-M
Dobrevê	1	out-10	250	25 anos	-	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	2.314	35 anos	1.026	IGP-M
Eólica Campo dos Ventos II	2	jun-09	183	37 anos	266	IGP-M
Eólica Bons Ventos	2	set-06	437	28 anos	1.993	IGP-M
Eólica Formosa	2	out-01	1.094	28 anos	1.075	IGP-M
Eólica Icarazinho	2	mar-02	423	28 anos	739	IGP-M
Eólica Paracuru	2	dez-01	107	28 anos	399	IGP-M
Eólica Santa Clara	2	mar-08	2.079	28 anos	1.787	IGP-M
Eólica SIIF Cinco	2	dez-01	107	28 anos	195	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	1	out-08	3.300	37 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	1	abr-08	3.206	37 anos	102	IGP-M
Projeto EOL Pedra Cheirosa I	2	jul-13	400	25 anos	-	IGP-M
Rosa do Ventos	2	jan-04	126	25 anos	-	IGP-M
SPE Baixa Verde	2	ago-08	239	25 anos	-	IGP-M
SPE Cajueiro	2	ago-08	238	25 anos	-	IGP-M
SPE Costa Branca	2	ago-08	322	25 anos	122	IGP-M
SPE Juremas	2	ago-08	217	25 anos	98	IGP-M
SPE Macacos	2	ago-08	88	25 anos	126	IGP-M
SPE Navegantes	2	mai-09	208	25 anos	-	IGP-M
SPE Pedra Preta	2	ago-08	145	25 anos	126	IGP-M
				Total	9.829	

(*) Valores referentes aos seguintes projetos: Projeto EOL Royale, Projeto Pé de Serra, Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Eólica Serra Grande, Projeto Serra das Vacas, Projeto Saloá, Projeto Serra do Angelim, Projeto EOL Achado Projeto, EOL Olhos D'água, Projeto EOL Rodoleiro, Projeto EOL Palmeiras, Projeto EOL Farroupilha, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara Projeto, EOL São Nicolau, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Taipa, Projeto EOL Estância, Projeto EOL Sacatruz, Projeto EOL Pedra Cheirosa I e Projeto EOL Riacho de Santana.

Até 31 de março de 2015, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Fase pré-operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0 por hectare.
2. Fase operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2015	2.682	10.341	13.023
2016	4.126	12.789	16.915
2017	4.274	14.402	18.676
2018	4.562	15.054	19.616
2019	4.711	15.747	20.458
2020 a 2024	17.800	78.566	96.366
2025 a 2029	17.297	77.990	95.287
2030 a 2034	14.367	60.340	74.707
2035 a 2039	2.115	32.464	34.579
2040 a 2044	-	27.294	27.294
2045 a 2049	-	8.917	8.917
	<u>71.934</u>	<u>353.904</u>	<u>425.838</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$4.732 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

A controlada DESA possui o montante pagar de R\$3.350, pela aquisição de Renascer Centrais Elétricas, que será pago quando forem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina.

Também possui o montante a pagar de R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à PCH Mata Velha.

Os valores acima passaram a ser consolidadas na Companhia a partir de 1º de outubro de 2014, após a associação com a DESA.

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Notas Explicativas

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de março de 2015, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$333. A despesa registrada no período de três meses findo em 31 de março de 2015 foi de R\$362.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E OUTRAS INFORMAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(21.692)
Investimento	-	28.188	-	-
Imobilizado	-	-	-	51.735
Direitos de autorização	-	42.108	-	63.801
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(34.894)
Outros	-	-	-	8.880
Total	-	70.296	-	67.830
Preço de aquisição a pagar	-	-	-	-
Contrapartida paga	-	70.296	-	67.830
Outras transações não envolvendo caixa:				
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	3.238
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	10.668
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	5.418	6.983
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	-	5.020
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	10.808
Reclassificação entre impostos diferidos e impostos correntes	-	-	-	1.315
Capitalização de AFACs	45.875	58.413	-	-

31. LEI Nº 12.783/13 (MP Nº 579/12) - RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia e suas controladas em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

Notas Explicativas Renováveis S.A. e Controladas

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àqueles objetos da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. LEI Nº 12.973, DE 14 DE MAIO DE 2014

A Lei nº 12.973, de 14 de maio de 2014 (conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013), e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, trouxeram mudanças para o cenário das regras tributárias federais, dentre elas a revogação do Regime de Tributação Transitória, o RTT.

Os dispositivos contidos nessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo facultada a aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração da Companhia avaliou os impactos e concluiu que o melhor momento para sua adoção é a partir de 1º de janeiro de 2015. Na análise efetuada, a Companhia entende que não há efeitos relevantes a serem considerados nas informações contábeis intermediárias.

33. EVENTO SUBSEQUENTE**Morro dos Ventos II**

A ANEEL publicou, em 15 de abril de 2015, o Despacho nº 1.107, que considera o Parque Eólico Morro dos Ventos II com 29,2 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia A-5 de 2011, apto para entrada em operação a partir do dia 16 de abril de 2015.

34. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27 de abril de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

CPFL Energias Renováveis S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de abril de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

André Dorf

Diretor Presidente

João Miguel Mongelli Martin

Diretor de Engenharia e Obras e Diretor Interino de Operação e Manutenção

Carlos Wilson Silva Ribeiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho

Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi

Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 27 de Abril de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

André Dorf

Diretor Presidente

João Miguel Mongelli Martin

Diretor de Engenharia e Obras e Diretor Interino de Operação e Manutenção

Carlos Wilson Silva Ribeiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho

Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi

Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 27 de Abril de 2015.